



SINDIMETAL-PR

Clipping de Notícias

11 DE OUTUBRO DE 2016

Terça-feira

- PARAGUAI É A 'NOVA CHINA' PARA A INDÚSTRIA BRASILEIRA; ENTENDA
- SETOR DE VEÍCULOS ATRASA RECUPERAÇÃO DA INDÚSTRIA
- PEQUENOS E MÉDIOS MAIS OTIMISTAS NO PAÍS
- EMPRESAS BRASILEIRAS BUSCAM PARCERIA COM CENTROS DE PONTA EM INOVAÇÃO E INDÚSTRIA 4.0 DA ALEMANHA
- EMPRESAS BRASILEIRAS CAPTAM R\$ 72 BILHÕES
- NÃO É SÓ A RETOMADA DA CONFIANÇA QUE VAI RESOLVER', DIZ ECONOMISTA SOBRE A CRISE BRASILEIRA EM REUNIÃO NA FIESP
- BALANÇA TEM SUPERÁVIT DE US\$ 499 MILHÕES
- CÂMARA APROVA PEC DO TETO DOS GASTOS PÚBLICOS EM 1º TURNO
- ENTENDA A PROPOSTA QUE LIMITA OS GASTOS DO GOVERNO E PORQUE ELA NÃO TIRA O PAÍS DA RECESSÃO, MAS AJUDA
- CRESCER USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PAÍS
- UM MILHÃO DE FAMÍLIAS ENTRARÁ PARA AS CLASSES D E E ATÉ 2025
- QUATRO PASSOS PARA VOCÊ CUIDAR DA SAÚDE FINANCEIRA
- CONTA DE LUZ PODE FICAR ATÉ 5% MAIS CARA EM 2017
- BRASIL FECHA ACORDO PARA EMPRESTAR DINHEIRO AO FMI, SE NECESSÁRIO
- ANFIR PEDE MUDANÇA NOS FINANCIAMENTOS DO BNDES
- VENDA DE USADOS RECUA 2% EM NOVE MESES
- DUCATI ANUNCIA NOVA MULTISTRADA 1200 ENDURO
- VENDAS DE IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS ENCOLHEM 30,7%
- UE E MERCOSUL VOLTAM A NEGOCIAR ACORDO
- DOSE DE 'REMÉDIO' PROVOCA DIVERGÊNCIA
- PRODUÇÃO DA OPEL FOI RECORDE EM SETEMBRO, DIZ AIE
- FERIADO ESTENDIDO PARA DRIBLAR A CRISE

- EMPLACAMENTO NO SETOR DE IMPLEMENTOS CAI 30,71% DE JANEIRO A SETEMBRO, DIZ ANFIR
- PROJETO PROPÕE LIMITE PARA COBRANÇA DE JUROS DOS CARTÕES DE CRÉDITO
- ARTIGO: POR QUE OS JUROS NÃO CAEM NO BRASIL?
- COM A CRISE NA CONSTRUÇÃO, SOBE EXPORTAÇÃO DE MADEIRA
- EM TROCA DE APOIO A PEC, BASE ALIADA COBRA CARGOS EM EMPRESAS ESTATAIS
- "OPORTUNIDADES ESTÃO NA MESA", DIZ ECONOMISTA; VEJA APLICAÇÕES QUE DEVEM SUBIR AINDA EM 2016
- PAIM TEME QUE BENEFÍCIO A IDOSOS SEJA DESVINCULADO DO MÍNIMO
- PETROBRAS VOLTA A SER SEGUNDA MAIOR EMPRESA DE CAPITAL ABERTO DO BRASIL
- BRASIL DEVE FICAR DE FORA DE UM EVENTUAL CORTE DE PRODUÇÃO
- RIO TINTO DIZ QUE PARCEIRA DE PROJETO DE MINÉRIO NA GUINÉ VAI VENDER PARTICIPAÇÃO
- SINDICATO NO CANADÁ DIZ QUE ALCANÇOU ACORDO COM FIAT
- MICROSOFT E VOTORANTIM VÃO INVESTIR EM FINTECHS NO BRASIL

CÂMBIO EM 11/10/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,204	3,205
Euro	3,544	3,545

Fonte: BACEN

Paraguai é a 'nova China' para a indústria brasileira; entenda

11/10/2016 – Fonte: Bom Dia Brasil

Nosso vizinho está oferecendo tanta vantagem que sai mais barato fabricar lá do que importar da Ásia ou até do que produzir no Brasil.

As indústrias brasileiras estão descobrindo que o Paraguai é uma espécie de nova China. Nosso vizinho está oferecendo tanta vantagem que sai mais barato fabricar lá do que importar da Ásia. Ou até do que produzir no Brasil, o que acende um alerta para nossa economia.

O Brasil perde empresas e empregos. Esse programa do Paraguai já atraiu 116 empresas estrangeiras, 80% delas brasileiras, e especialistas dizem que isso é uma prova de que o Brasil precisa fazer as reformas tributária e trabalhista.

Sacoleiros atravessando de carro a fronteira. Essas são as conhecidas imagens da Ponte da Amizade, que liga o Brasil ao Paraguai. Mas esse cenário está mudando. Nosso vizinho está, aos poucos, deixando de ser o primo pobre do Mercosul.

As facilidades criadas para trazer investimentos e fábricas para o país são um dos principais motivos. Segundo o Fundo Monetário Internacional, apesar da crise que vivem vários países da América Latina, a economia paraguaia deve crescer 4% este ano.

A fábrica do empresário Zenildo Costa no Brasil faliu. Ele decidiu atravessar a fronteira para produzir aventais descartáveis de uso hospitalar.

“Se fosse no Brasil, a energia elétrica custaria 70% mais caro, o funcionário custaria o dobro e a matéria prima eu estaria pagando 35% de imposto para importar da China”, diz o empresário.

A empresa de Zenildo se beneficia de um regime chamado Maquila. Ele foi regulamentado por uma lei em 2000 e prevê isenção de impostos de importação de máquinas e matéria prima para as empresas estrangeiras que decidirem fabricar no país. Segundo a Confederação Nacional da Indústria, a CNI, hoje, há 90 fábricas que atuam no país vizinho sob esse regime.

“As empresas brasileiras têm encontrado no Paraguai uma ambiência interessante para desenvolver integração produtiva, ou seja, manter as suas operações no Brasil e fortalecer essas operações no que diz respeito a design, inteligência do processo produtivo, e produzir, finalizar o produto no Paraguai”, explica Sarah Saldanha, gerente de Internacionalização da CNI.

Fabricado no Paraguai. É o que está escrito na etiqueta de parte das roupas da confecção de uma rede de varejo. Elas são feitas no país vizinho desde meados do ano passado quando a empresa se associou a uma companhia paraguaia. O objetivo do projeto é substituir parte da produção que vem da Ásia, com a vantagem de chegar aqui muito mais rápido.

Uma das fabricantes mais tradicionais de brinquedos no Brasil, para ter preços competitivos ela importa uma parte dos produtos da China. Mas decidiu mudar de estratégia este ano.

“Hoje, quando eu pego um produto, importo ele da China, eu não posso reexportá-lo. Teria que pagar muitos impostos, e isso inviabilizaria, além de já ter pago 35% por cento para o produto entrar no Brasil. Com esse projeto do Paraguai, os produtos que antes seriam feitos na China passam a ser feitos lá e nos dão a chance de exportação para o mundo inteiro a custos muito mais baixos”, explica o presidente da empresa, Carlos Antonio Tilkian.

A fabricante de brinquedos não vai fechar as unidades que tem no Brasil. Mas uma pequena empresária tomou outro caminho. Fechou a empresa em Santa Catarina e transferiu todo o negócio para o Paraguai.

"A energia é bem barata, a mão de obra também, mas é mesmo a questão dos impostos que é bem favorável, digamos, atrai bastante as empresas para cá", diz a empresária Bruna Floriani.

Em um momento em que a taxa de desemprego não para de subir no Brasil, a migração de investimentos para o Paraguai é motivo de preocupação.

O professor de economia Otto Nogami, do Insper, disse que os produtos mais baratos são bem-vindos, mas que a perda de empregos, mesmo reduzida, é a parte ruim dessa história.

"Há indústrias que estão localizadas em determinadas cidades e essas cidades dependem dessa indústria, principalmente no que diz respeito à geração de mão de obra", diz o professor.

Outro professor de economia, Nelson Marconi, da FGV, lembra que o prejuízo pode ser maior do que parece.

"Não vai ser um impacto muito grande no desemprego, mas pode ser o impacto principal na perda das nossas indústrias. E quando você perde uma indústria, e como ela demanda matéria prima de vários outros setores, ela puxa a produção dos outros setores também", explica Nelson Marconi.

E o que fazer para o Brasil não ficar para trás?

"Primeiro é preciso fazer a reforma, a tão sonhada reforma tributária, que a gente ouve falar muito, mas que até agora não saiu do papel. Daí, conseqüentemente, a gente precisa também de uma reforma trabalhista, porque a legislação trabalhista brasileira é altamente complexa", afirma o advogado Murillo Rodrigues.

Hoje o Brasil é o segundo maior investidor no Paraguai. Fica atrás só dos Estados Unidos, e também é o principal destino das exportações do país vizinho.

Setor de veículos atrasa recuperação da indústria

11/10/2016 – Fonte: O Estado de S. Paulo

Frustraram-se, em setembro, as expectativas de uma melhora no mercado de veículos esboçada entre abril e agosto, segundo a Carta da Anfavea, publicação oficial das montadoras

Frustraram-se, em setembro, as expectativas de uma melhora no mercado de veículos esboçada entre abril e agosto, segundo a Carta da Anfavea, publicação oficial das montadoras.

Em relação a agosto, caíram não só a produção (-3,9%, para 170,8 mil unidades), como os licenciamentos (-13%, para 160 mil veículos), persistindo as quedas comparativamente a 2015.

Em razão do peso do segmento na indústria, a retomada do setor secundário tende a ser lenta, ainda que não se espere, para setembro, inflexão tão forte como a de agosto, quando a indústria recuou 3,8% após cinco meses de crescimento.

Motivos pontuais têm sido apresentados pelo setor para justificar o desempenho fraco da produção e das vendas, como a prolongada interrupção da produção numa das principais montadoras (Volkswagen) e a greve dos bancos, dificultando as operações de financiamento aos consumidores finais. Se as explicações se mostrarem precisas, haverá uma melhora da atividade no último trimestre, mas não são pequenos os obstáculos à frente.

As montadoras agem com cautela na produção, evitando os custos do carregamento de estoques. Situação não tão diferente é a de consumidores que evitam o endividamento em tempos de recessão, desemprego e juros altos. A melhora do mercado de usados favorece o segmento de novos, mas não a ponto de provocar otimismo.

O número de unidades exportadas cresceu 19,2% entre os primeiros nove meses de 2015 e de 2016, com destaque para veículos leves, caminhões pequenos e ônibus urbanos, mas o valor exportado caiu 3,2%, pois diminuiu o preço médio dos autoveículos.

A destruição de 1.368 empregos no setor em setembro e de quase 9 mil em 12 meses ainda é alta, enquanto milhares de trabalhadores continuam em regimes especiais. O contrário ocorreu em máquinas agrícolas e rodoviárias, com abertura de 379 vagas no mês e de 553 em 12 meses, mas, olhando o conjunto, são números modestos.

A produção de autoveículos nos últimos 12 meses caiu 22,2% em relação aos 12 meses anteriores, de 2,67 milhões para 2,08 milhões de unidades. No mesmo período, as vendas caíram ainda mais (-27,4%). O Brasil perdeu pontos no mercado global, saindo do 4.º lugar, entre 2012 e 2014, para uma posição entre o 8.º e o 10.º lugares em 2016.

Quanto mais lenta a recuperação prevista para 2017, pior para a indústria de transformação.

Pequenos e médios mais otimistas no País

11/10/2016 – Fonte: Diário do Comércio

O índice de confiança dos empresários de pequenos e médios negócios para o quarto trimestre de 2016 atingiu 65,17 pontos, uma alta de 8% quando comparado ao terceiro trimestre, de acordo com o IC PMN (Índice de Confiança dos Pequenos e Médios Negócios), elaborada pelo Centro de Estudos em Negócios do Insper, com apoio do Santander. Na divisão por setores, os serviços tiveram avanço de 9,2%, enquanto a indústria subiu 8,1% e o comércio registrou alta de 7,3%.

Todos os seis tópicos do indicador apresentaram alta nesta edição da pesquisa. O item com melhor avaliação dos empresários consultados foi a expectativa em relação ao Faturamento (71,16 pontos, crescimento de 9,7%), seguida de Lucro (alta de 10,9%, passando para 69,59 pontos), Ramo (8,4%, subindo para 69,51 pontos), Economia do País (8,3%, para 64,16 pontos).

O quesito Investimentos reverteu queda no terceiro trimestre e teve avanço de 5,3%, com 59,83 pontos, na medição sobre os últimos três meses do ano. O item com menor alta foi 'Empregados' (crescimento de 4,5%, subindo para 56,76 pontos).

Na avaliação regional, o Norte do País aparece com o maior avanço (11,6%). Todas as outras regiões também melhoraram os resultados em relação ao terceiro trimestre: Sul (11,4%), Sudeste (7,8%), Nordeste (5,6%) e Centro-Oeste, que se manteve praticamente estável (0,6%) ante a última pesquisa, quando a região teve a maior alta.

O professor e pesquisador do Insper, Gino Olivares, destacou a variação positiva de todas as métricas do indicador.

“O resultado dessa pesquisa é uma ótima notícia não apenas pela intensidade da variação percentual, mas também por ter sido generalizada em todos os setores, quesitos e regiões do País. O índice apresentou mínima há um ano e agora mostra forte recuperação», afirmou.

Olivares listou os melhores indicativos na economia, como a desaceleração recente da inflação, a expectativa de queda da Selic e do avanço da aprovação do ajuste fiscal como motivos que explicam a retomada da confiança.

O professor explicou que o crescimento da confiança é condição necessária, embora não suficiente, para a retomada da atividade econômica e pontuou que espera uma “recuperação exuberante” do PIB nos próximos meses.

“A média de todo o período do indicador desde que a gente começou a divulgar, em 2008, é de 65 pontos, e estamos em 65,17 pontos. Isso quer dizer que estamos saindo do buraco e chegamos apenas à superfície. Isso é suficiente? Claramente não, mas o pior ficou para trás”, disse Olivares.

O Insper realizou 1.262 entrevistas telefônicas. A margem de erro da pesquisa é de 1,4 ponto percentual, para mais ou para menos, com um nível de confiança de 95%. O indicador mede a confiança do empresário de pequenos e médios negócios (com faturamento de até R\$ 80 milhões) na economia brasileira.

O índice reflete as perspectivas deste grupo com relação ao futuro da economia, do seu setor e do seu próprio negócio. Os entrevistados respondem questões obedecendo a uma escala de 0 a 100 pontos, onde 100 representa o nível máximo de confiança.

Desemprego - Para os donos de pequenas e médias empresas, o combate ao desemprego deveria ser a prioridade do governo para melhorar o ambiente de negócios no Brasil.

A ação foi apontada como mais importante por 26,23% deles e ficou à frente de alternativas como realizar reforma tributária, reduzir a taxa básica de juros e combater à inflação. O resultado também faz parte da pesquisa IC PMN Insper/Santander. Segundo avaliação de Gino Olivares, a preocupação com o desemprego é resultado do impacto imediato que ele tem no faturamento das empresas. “Com o desemprego em alta, diminui a demanda. Quando o nível de emprego subir, mais pessoas terão dinheiro para consumir.”

Segundo Olivares, a diminuição das incertezas políticas dos primeiros trimestres, somadas à índices de inflação mais baixos, são alguns dos fatores que explicam a melhora no humor dos empresários.

Levando em conta a perspectiva de queda da taxa básica de juros ainda neste ano, é provável que a confiança siga avançando, diz Olivares. Na pesquisa, 20,92% dos empresários apontaram a queda de juros como ação que o governo deveria priorizar.

Empresas brasileiras buscam parceria com centros de ponta em inovação e indústria 4.0 da Alemanha

11/10/2016 – Fonte: CNI

Grupo liderado pela CNI de 23 representantes de indústrias, governo e entidades visitará plantas industriais de multinacionais como a Siemens e a Bosch, em missão que passará por Berlim, Amberg, Stuttgart e Frankfurt.

Liderada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), uma comitiva de 23 representantes de empresas e instituições brasileiras desembarcaram em Berlim nesta segunda-feira (10) para uma série de visitas a polos de referência em inovação e manufatura avançada.

A programação inclui um dia para alinhamentos conceituais sobre o projeto alemão para a indústria 4.0 e quatro dias de visitas técnicas a centros de PD&I públicos e privados e plantas modelo, com o objetivo de promover cooperação entre as instituições alemãs e empresas que operam no Brasil.

“A estratégia de termos um momento de alinhamento conceitual e sermos criteriosos na escolha dos centros visitados tem sido exitosa. Isso é colaboração academia-indústria na prática, e no timing do empresariado.

Nas duas imersões já realizadas (nos Estados Unidos e no Brasil), mapeamos ao menos sete desdobramentos, como parcerias entre empresas e centros de pesquisa, e negócios na área de tecnologia e inovação”, destaca a diretora de Inovação da CNI, Gianna Sagazio.

A imersão à Alemanha acontecerá entre os dias 10 e 14 de outubro, em uma parceria da CNI e do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) com a Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha de São Paulo (AHK).

O grupo – composto por empresários dos setores aeronáutico, de bens de capital, tecnologia da informação e comunicação, bem como por integrantes do governo, da academia e do terceiro setor – visitará plantas industriais de empresas como a Siemens, Bosch e Telekom.

Entre os executivos brasileiros, irão representantes da Embraer, GE, Microsoft e Liquigás. A imersão passará pela capital alemã e também pelas cidades de Amberg, Stuttgart e Frankfurt.

No grupo, há representantes do MDIC, MCTIC, BNDES, INPI, SUFRAMA, SENAI, EMBRAPPII, FAPESP, da Unicamp, entre outros órgãos e instituições.

O Programa de Imersões em Ecossistemas de Inovação está entre as prioridades definidas pela Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI) para 2016.

A iniciativa integra a agenda de “Inserção Global via Inovação” da MEI e visa facilitar arranjos público-privados em ciência, tecnologia e inovação, incentivando a

colaboração de empresas brasileiras com centros de PD&I que atuam na fronteira do conhecimento e no desenvolvimento de talentos para inovação.



"A estratégia de termos um momento de alinhamento conceitual e sermos criteriosos na escolha dos centros visitados tem sido exitosa" - Gianna Sagazio

Empresas brasileiras captam R\$ 72 bilhões

11/10/2016 – Fonte: Diário do Comércio

As captações das companhias brasileiras no mercado doméstico somaram de janeiro a setembro R\$ 72,362 bilhões, queda de 21% em relação ao observado no mesmo período do ano passado, de acordo com levantamento divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

As operações de renda fixa responderam por R\$ 65,661 bilhões desse total, montante 11,8% menor que o observado nos três primeiros trimestres de 2015.

"No acumulado do ano até setembro, as operações externas passaram a responder pela maior parte dos recursos captados pelas empresas brasileiras", de acordo com o boletim de mercado de capitais da Anbima.

Em setembro, destaca a associação, a Minerva realizou uma captação de US\$ 1 bilhão com bonds, seguida da BRF, que levantou US\$ 500 milhões também com a emissão de títulos de dívida. No acumulado do ano até setembro o montante em dólares chegou a US\$ 19 bilhões, com um crescimento de 136% em comparação ao mesmo período de 2015.

Em renda variável a Anbima destaca que as operações foram pouco expressivas, assim como as emissões com dívida local. Ainda no mês passado, a Linx realizou uma oferta subsequente (follow-on) de R\$ 444 milhões. Essas operações no acumulado do ano somaram R\$ 6,7 bilhões.

No ano a bolsa brasileira ainda não foi palco de nenhuma oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês). De acordo com o boletim da Anbima, foram, ao todo, sete operações destinadas, em sua maior parte, para levantar capital de giro para as companhias (64,5% do total). O restante das ofertas foi destinado a redução de passivos (23,1%); compra de ativos (8,4%); e também para a aquisição de participação acionária (4%).

Já as emissões de debêntures de janeiro a setembro somaram R\$ 30,378 bilhões, recuo de 31,6% na relação anual.

Valor - A Petrobras retomou o segundo lugar no ranking das maiores empresas de capital aberto de acordo com seu valor de mercado, segundo dados da Economática. Segundo a pesquisa, a companhia alcançou R\$ 211,64 bilhões na última sexta-feira, ficando atrás apenas da Ambev, que valia R\$ 308,47 bilhões.

No acumulado do ano até a última sexta-feira, o valor da Petrobras saltou R\$ 110,3 bilhões. A última vez que a petroleira havia ocupado o segundo lugar na lista foi em 18 de junho do ano passado, quando o valor de mercado foi de R\$ 185,44 bilhões.

Em fevereiro, a estatal chegou a ser a quarta maior empresa em valor de mercado, atrás da Ambev, Itaú Unibanco e Bradesco. Agora, a empresa está à frente dos dois bancos, que foram avaliados em R\$ 211,61 bilhões e R\$ 167,55 bilhões, respectivamente.

A Petrobras já chegou a ocupar o primeiro lugar da pesquisa, em 15 de outubro de 2014, quando avaliada em R\$ 254,55 bilhões.

Não é só a retomada da confiança que vai resolver', diz economista sobre a crise brasileira em reunião na Fiesp

11/10/2016 – Fonte: Fiesp

Professor do Departamento de Economia da Hobart and William Smith Colleges de Nova Iorque, nos Estados Unidos, Felipe Rezende foi o convidado do encontro do Conselho Superior de Economia da federação na manhã desta segunda-feira (10/10).

A crise econômica brasileira e a nossa fragilidade financeira estiveram na pauta da reunião do Conselho Superior de Economia ([Cosec](#)) da Fiesp, na manhã desta segunda-feira (10/12), na sede da federação, na capital paulista.

O professor do Departamento de Economia da Hobart and William Smith Colleges de Nova Iorque, nos Estados Unidos, Felipe Rezende, foi o convidado para falar sobre os temas. O encontro foi coordenado pelo diretor titular do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Depecon) da Fiesp e vice-presidente do Cosec, Paulo Francini.

Para Rezende, os elementos de fragilidade da economia brasileira são visíveis desde 2007. E que, desde 2011, foram observadas mais flutuações do investimento e do PIB, com o fim de um ciclo de alta nas nossas commodities.

“Tivemos uma transferência negativa líquida de recursos, com lucros saindo da economia brasileira e indo para o exterior”, disse Rezende. “As empresas se endividaram muito, houve uma queda nos lucros líquidos e nos lucros retidos das empresas desde 2010”.

Segundo o economista, houve uma queda de 49% no retorno das empresas abertas entre 2010 e 2016. “Com isso foi observado um comprometimento dos lucros operacionais, a geração de caixa das empresas não dá para pagar as despesas financeiras”.

Diante disso, a política econômica brasileira foi “desenhada para reduzir somente o custo de capital”. “Isso é só uma parte da equação: a parte mais importante deve ser o lado do retorno do investimento”.

Como reagir diante desse cenário? “Não é só a retomada da confiança que vai resolver”, destacou Rezende. “A crise brasileira não é de base fiscal, mas financeira”.

De acordo com Rezende, o Brasil reagiu à crise do setor privado como se essa fosse uma crise de investimento externo. “Houve uma falha de diagnóstico, como se houvesse um paciente na UTI e alguém fosse lá e desligasse os aparelhos”, explicou. “Foi forte a contração fiscal em 2015, o choque de preços administrados. Com isso, as empresas sentiram o choque de preços e de despesas financeiras”.

Como consequência, 21 de um conjunto de 24 atividades econômicas pesquisadas pelo IBGE apontaram redução da produção em agosto de 2016. “Foi o pior agosto desde 2012, com uma forte contração da demanda e queda no emprego e na renda”.

Diante disso tudo, para Rezende, é preciso pensar numa estratégia de desenvolvimento sustentável baseada na demanda doméstica. “Isso tendo como objetivo atingir o pleno emprego e a estabilidade de preços, a reforma do arcabouço institucional do Banco Central e redução da dependência de capitais externos”.

Balança tem superávit de US\$ 499 milhões

11/10/2016 – Fonte: Instituto Aço Brasil

A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 499 milhões na primeira semana de outubro, de acordo com dados divulgados ontem pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic). Entre os dias 1.º e 9 deste mês, as exportações somaram US\$ 3,374 bilhões, e as importações, US\$ 2,875 bilhões.

No acumulado do ano, o superávit é de US\$ 36,680 bilhões, resultado de exportações de US\$ 142,740 bilhões e importações de US\$ 106,061 bilhões.

A média diária de exportações na primeira semana de outubro foi de US\$ 674,8 milhões, uma queda de 11,7% em comparação com o mesmo indicador do ano passado, de US\$ 764,2 milhões.

Nas importações, a média por dia na primeira semana de outubro foi de US\$ 575 milhões, redução de 14,1% em relação à média de compras do mesmo período de 2015, que foi de US\$ 669,2 milhões.

Básicos - A redução na média diária das exportações na primeira semana de outubro foi influenciada pelo comportamento de produtos básicos e manufaturados.

As exportações de básicos caíram 25,1%, para US\$ 260,7 milhões em média, por dia. Essa redução foi puxada pelo desempenho de itens como milho em grão, algodão em bruto, farelo de soja, soja em grão, carne bovina e de frango e fumo em folhas.

No período, as vendas externas de produtos manufaturados tiveram queda de 6,2%, para US\$ 269,5 milhões por dia, influenciadas por itens como aviões, autopeças, motores para veículos automóveis, motores e geradores elétricos, automóveis de passageiros e veículos de carga.

Já as exportações de semimanufaturados aumentaram 15,5%, para US\$ 129,5 milhões em média por dia, influenciadas por itens como ferro fundido, alumínio em

bruto, açúcar em bruto, couros e peles e ouro em formas semimanufaturadas.

Na comparação com setembro, as exportações tiveram retração de 10,3% e atingiram todas as categorias. As vendas externas de básicos recuaram 16,4%; as de manufaturados, 7,8%; e as de semimanufaturados, 0,3%.

A média diária de importações registrou queda de 14,1% na primeira semana de outubro comparada ao mesmo período do ano passado, para US\$ 575 milhões. No período, a maior redução foi de combustíveis e lubrificantes, de 62,1%, seguida por adubos e fertilizantes (-36,6%); veículos automóveis e partes (-23,4%); equipamentos mecânicos (-18,5%) e químicos orgânicos e inorgânicos (-12,5%). Em relação à setembro, houve alta de 0,7% nas importações.

Câmara aprova PEC do Teto dos Gastos Públicos em 1º turno

11/10/2016 – Fonte: Portal Contábil



Ficarão fora dos limites, entre outros casos, as transferências constitucionais a estados e municípios, os créditos extraordinários para calamidade pública, as despesas para realização de eleições e os gastos com aumento de capital das chamadas empresas estatais não dependentes

Deputados aprovaram criação de um teto de despesas primárias federais reajustado pelo IPCA

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou na madrugada desta terça-feira (11), em primeiro turno, a PEC do Teto dos Gastos Públicos (Proposta de Emenda à Constituição 241/16), que estabelece um limite para os gastos federais para os próximos 20 anos, corrigindo-os pela inflação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A matéria, de iniciativa do Poder Executivo, foi aprovada por 366 votos a 111. A data da votação em segundo turno ainda não foi definida.

De acordo com o substitutivo aprovado, do deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS), o chamado novo regime fiscal valerá para os orçamentos Fiscal e da Seguridade e para todos os órgãos e Poderes.

O texto cria limites individualizados para: Poder Executivo; tribunais e Conselho Nacional de Justiça no Judiciário; Senado, Câmara dos Deputados e Tribunal de Contas da União (TCU) no Legislativo; Ministério Público da União e Conselho Nacional do Ministério Público; e Defensoria Pública da União.

Na regra geral, para 2017 o limite de cada um desses órgãos ou Poderes será a despesa primária (aquela que exclui os juros da dívida) paga em 2016, somada aos chamados restos a pagar de antes de 2015 quitados neste ano (pagamento feito em atraso por serviço ou bem efetivamente prestado) e demais operações que afetam o

resultado primário, com correção desse total por 7,2%. Esse índice é uma projeção da inflação de 2016 constante do projeto de lei orçamentária de 2017. O acumulado até setembro é de 5,51%.

De 2018 em diante, o limite será o do ano anterior corrigido pela variação do IPCA de 12 meses do período encerrado em junho do ano anterior. No caso de 2018, por exemplo, a inflação usada será a colhida entre julho de 2016 e junho de 2017.

Entenda a proposta que limita os gastos do governo e porque ela não tira o país da recessão, mas ajuda

11/10/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



A Câmara dos Deputados aprovou nesta segunda-feira (10) o texto base da proposta de emenda à Constituição que congela os gastos federais pelos próximos 20 anos, prioridade do governo Michel Temer para 2016.

A proposta restringe as despesas do governo à inflação dos 12 meses anteriores, e tem duração de duas décadas, com possibilidade de mudança na forma de limitar os gastos a partir do décimo ano.

Em dez pontos, entenda o que é a medida, porque ela foi criada e como ela ajuda o Brasil, mas não tira o país da recessão.

1 - O que é PEC e por que é Teto?

É um mecanismo proposto pelo governo para limitar o crescimento dos gastos públicos a longo prazo, fixando como teto a inflação passada.

Como algumas despesas têm regras ditadas pela Constituição, como saúde e educação, para alterá-las é preciso fazer uma proposta de emenda constitucional (PEC), cuja votação tem um rito especial. Depende de dois turnos na Câmara dos Deputados e dois no Senado e só passa com aprovação de ampla maioria -três quintos dos deputados (308 votos) e dos senadores (49 votos).

Tratada como prioridade número 1 do governo, a proposta tem boas chances de ser aprovada neste ano.

2 - Gastando chegamos até aqui.

Os gastos do governo crescem mais do que o PIB há duas décadas e, repetidas vezes, o buraco foi tapado com aumento de impostos ou criação de tributos -como a extinta CPMF ou a Cide (que incide sobre a gasolina). Outra forma foi aumentar a dívida pública, que chegou a 70% do PIB neste ano -bem acima da média dos países com o mesmo estágio de desenvolvimento do Brasil (45% do PIB).

A recessão, iniciada em 2014, piorou tudo: fez cair as receitas públicas e gerou desconfiança com o futuro do Brasil, o que se traduziu em aumento das taxas de juros

cobrada pelos investidores para financiar o governo. Com isso, a dívida assumiu uma trajetória insustentável no longo prazo.

3- O prazo de validade do teto é longo.

O teto do gasto proposto pelo governo durará pelo menos nove anos, se for aprovado pelo Congresso. Depois disso, ou seja, em 2025, o presidente da República poderia propor uma nova regra para contenção dos gastos, válida para o seu mandato. E assim seria até 2036.

Segundo economistas do governo, o prazo dilatado é importante para sintonizar o ritmo das despesas com o das receitas sem recorrer a mais impostos ou a um corte drástico de gastos. Economistas como Felipe Salto, assessor do senador José Aníbal (PSDB), argumentam, porém que é tempo demais para uma medida tão dura, que na prática congela os gastos do governo.

Alternativas chegaram a ser ventiladas, como atrelar o teto à evolução da dívida pública ou reduzir o prazo de vigência, mas até agora prevaleceu o argumento do governo.

4 - A PEC não resolve o problema.

Para funcionar, o teto dos gastos públicos depende de mudanças na Previdência que limitem o aumento dos gastos com benefícios e pensões. Por isso, a reforma previdenciária é a segunda prioridade do governo.

Os gastos da Previdência representam cerca de 45% das despesas públicas e crescem atualmente 4% acima da inflação por ano, segundo o economista Bernard Appy, do Centro de Estudos e Políticas Públicas. Para analistas do Itaú Unibanco, sem a reforma da Previdência o teto só contribuiria para o equilíbrio das contas públicas até 2019.

5 - O resultado do teto só aparece no longo prazo.

Com o teto, os gastos do governo devem cair como proporção do PIB, mas isso só vai acontecer quando o país (e as receitas do governo) voltarem a crescer a um ritmo superior à inflação, o que deve levar algum tempo.

Hoje o país enfrenta uma recessão que deve chegar a 3,1% neste ano e inflação de 7,2%.

Assim, no curto prazo, afirma o economista Felipe Salto, o efeito do teto será nulo e até permitirá mais gastos. E, ao fim de 20 anos, produziria um superavit primário brutal (equivalente a 6,5% do PIB), muito superior ao necessário para reduzir a dívida pública.

Analistas que defendem o teto, como Mauricio Oreng, do holandês Rabobank, dizem que, mesmo com o teto, o governo só conseguirá fazer com que a dívida pare de subir por volta de 2022, quando ela terá atingido um nível elevado (86% do PIB).

Ou seja, o endividamento público subirá por mais seis anos antes de estabilizar e depois cair.

6- Tudo muda na saúde e na educação.

Depois da Previdência, saúde e educação são as duas áreas de maior despesa do governo. Por isso, foram incluídas nos gastos sujeitos ao teto. Isso altera as atuais regras, que destinam às duas áreas uma fatia fixa das receitas públicas.

7- Mas por que a polêmica na saúde e educação?

Especialistas em educação e saúde temem que as duas áreas percam a disputa de recursos para grupos com lobby mais bem organizado no Congresso. E reclamam que, com as regras em vigor, receberiam mais no longo prazo.

O governo argumenta que, com a recessão, as receitas caíram sem que houvesse redução dos gastos. Ou seja, a regra atual não protege as duas áreas no momento mais difícil e quando mais gente recorre aos serviços públicos.

Além disso, o teto estabelece que saúde e educação deverão receber, no mínimo, o mesmo que gastaram no ano anterior mais a inflação.

Se durante a elaboração do Orçamento os deputados quiserem destinar mais dinheiro para essas duas áreas, será permitido, desde que cortem outras despesas. O teto global para a expansão do gasto público não poderia ser desrespeitado.

8- A PEC do Teto não tira o Brasil da recessão. Mas ajuda.

Conter gastos não estimula a economia, mas indica que as contas do governo são sustentáveis.

No curto prazo, isso se traduz em mais confiança para os empresários -que podem voltar a investir e produzir- e de consumidores. A confiança começou a voltar lentamente. Com sinais de que o governo vai ajustar suas contas, a taxa de juros também deverá cair, o que ajuda a reativar a economia.

O Itaú Unibanco prevê que, neste cenário, o país poderá crescer 4% em 2018.

No longo prazo, porém, o Brasil deveria discutir outras reformas para melhorar a eficiência da economia, observa o economista Bernard Appy, com mudanças no sistema tributário e nas leis trabalhistas.

9- Se não fizer é o precipício. Mas o que é o precipício?

A primeira alternativa ao teto seria aumentar impostos. O governo prevê um deficit de R\$ 170,5 bilhões neste ano -equivalente a cinco vezes o que o governo previa arrecadar com a CPMF em um ano.

Ainda que coloque as despesas do passado em dia, os gastos continuarão subindo e exigirão mais impostos a cada ano.

Segundo analistas do Itaú Unibanco, sem o teto, o governo teria que aumentar a carga tributária em 4 pontos percentuais do PIB, o que levaria os brasileiros a entregar ao governo quase R\$ 4 a cada R\$ 10 que produzirem -o que é muito para um país em desenvolvimento.

A segunda opção seria reduzir os gastos públicos artificialmente. O governo imprimiria reais para pagar suas contas e deixaria a inflação subir para corroer as despesas. A saída foi muito aplicada no passado e levou o país à hiperinflação no início dos anos 1990.

A terceira possibilidade seria deixar a dívida subir e não pagar, o que seria um calote. E mais de 80% dos credores são poupadores brasileiros, que aplicam em fundos de investimento e no Tesouro Direto, por exemplo, ou são ainda fundos de pensão e de previdência privada.

10- O que acontece se o teto for aprovado?

A expectativa de economistas como Eduardo Loyo, do banco BTG Pactual, é que o reordenamento das contas do governo permitirá uma queda permanente da taxa de juros do Brasil, uma das mais elevadas do mundo, o que facilitaria o acesso de empresários e consumidores a crédito.

Para outros economistas, seria a chance de o governo gerenciar melhor o dinheiro público e escolher políticas que deem melhor resultado caso queiram permanecer no poder.

Cresce uso de inteligência artificial no País

11/10/2016 – Fonte: Diário do Comércio

Quer amigos sempre dispostos a dar dicas de restaurantes e turismo, ajudar a encontrar passagens de ônibus ou pôr música para tocar?

O Ask2Rio, o Bigode Passagens, a Meeka e o Zack são perfis no Facebook que estão sempre prontos para isso. Basta procurá-los no aplicativo Messenger (da empresa) e começar a escrever.

O único inconveniente é que a variedade de assuntos de que eles falam é pequena. Não por antipatia, mas porque são robôs.

O uso de “chatbots”, como são chamados, está em fase inicial, mas é uma aposta das empresas porque usam ferramentas de inteligência artificial para melhorar os resultados das centrais de atendimento ao consumidor.

O Facebook passou a dar suporte à inclusão dos “chatbots” em seu aplicativo de troca de mensagens em abril. IBM e Microsoft têm plataformas de inteligência artificial que podem ser contratadas por outras empresas como base na construção dos robôs, incluindo estrutura para reconhecer intenções e sentimentos.

Já a brasileira Movable, dona de aplicativos como iFood e PlayKids, lançou em agosto o Chatclub, uma espécie de mercado de compra e vendas de robôs, que podem ser customizados por empresas compradoras e adicionados ao perfil delas no Messenger.

Dário Dal Piaz, líder de parcerias de produtos do Facebook para o Brasil, diz que existem cerca de 30 mil bots em desenvolvimento no mundo, mil deles no Brasil.

Por e-mail, ele afirmou que proporcionar uma comunicação ágil, escalável sentos de passagem, receber dicas personalizadas e se informar trocando algumas mensagens de texto”, escreve ele.

Por aqui, outras iniciativas do gênero incluem o “chatbot” do cantor Luan Santana e do UFC, que oferecem agenda de eventos e conteúdo (ambos feitos pela Movable) e o do Banco Original, que dá informações sobre tarifas, taxas e investimentos.

Mais barato - Por proporcionarem atendimento automático e padronizado, os “chatbots” oferecem esperança de redução de custos e aumento da qualidade de centrais de atendimento de empresas.

Desenvolvedoras de "chatbots" afirmam que, devido à busca por soluções que proporcionem economia na crise, estão registrando aumento na demanda.

A Direct Talk, que tem hoje 40 projetos de "chatbots" (incluindo robôs em sites da Natura e do Magazine Luiza), espera dobrar o número em 2017. Já a Bluelab, com 12 em atividade, quer terminar o ano com cerca de 25.

A conversa com a maioria dos "chatbots", robôs que começam a chegar às redes sociais, ainda parece uma busca no Google.

É comum que o robô diga que não entendeu. Isso ocorre porque estão na primeira fase de desenvolvimento, na qual leem palavras-chave escritas pelo usuário e fazem pesquisa, em geral em arquivos com centenas de perguntas e respostas predefinidas.

Muitos têm pouca memória de conversas anteriores, não interpretam intenções e contexto da conversa.

Os de "segunda geração" estão no estágio de passar a levar em conta informações como sexo e idade da pessoa, consideram interações anteriores e diferenciam emoções por palavras e pontuações.

O último estágio de desenvolvimento é aquele em que o robô consegue buscar respostas a questões que ainda não estavam em sua programação e aprender com a reação do usuário.

Um milhão de famílias entrará para as classes D e E até 2025

11/10/2016 – Fonte: O Globo



Estica, apertada e corta se tornaram palavras de ordem para lidar com o desemprego e a alta de preços na casa de Glória de Oliveira Brito e Anderson Ornelas, ambos de 42 anos. Depois que Anderson perdeu o cargo de gerente num areal, no início do ano, a renda da família foi reduzida a um terço, para R\$ 1.300.

A rotina sofreu mudanças drásticas: TV a cabo é coisa do passado, assim como as idas ao shopping e a lanchonetes com as três crianças — Maria Fernanda, de um ano e 7 meses, Daniel, de 6 anos, e Gabriela, de 10 —, que abandonaram as aulas de judô e balé.

As viagens habituais para Belo Horizonte e para a Região dos Lagos já não fazem parte dos planos. E até os livros escolares dos filhos mais velhos de Glória só puderam ser comprados no meio do ano.

Nos últimos anos, desde que a economia mergulhou na recessão, o cotidiano das famílias de baixa renda se tornou mais austero. E tudo indica que o cenário vai demorar a mudar.

Estudo da Tendências Consultoria Integrada mostra que, até 2025, haverá expansão da pobreza mesmo com a perspectiva de retomada da economia. As famílias das classes D e E — com renda mensal de até R\$ 2.166 — continuarão a crescer e chegarão a 41 milhões.

A comparação das projeções para este ano e o de 2025 indica que as classes D e E devem ganhar mais um milhão de famílias. Diversos fatores contribuem para a projeção, como a migração de famílias da classe C que não conseguem manter o padrão de vida conquistado, e o surgimento de novas famílias, que se formam em condições piores.

A deterioração do cenário impressiona, especialmente à luz das conquistas da década passada. Entre 2006 e 2012, quando o Produto Interno Bruto (PIB) crescia, em média, 4% ao ano, 3,3 milhões de pessoas ascenderam das classes D e E para a C, que abrange lares com renda entre R\$ 2.166 e R\$ 5.223, de acordo com o critério de classificação econômica da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (Abep).

Com a recessão e a alta da inflação, os ganhos desse período se perderam de 2014 a 2016, período em que as classes D e E tiveram aumento de 3,5 milhões de famílias. Com base no estudo, nem mesmo uma década será capaz de aliviar integralmente os efeitos da recessão.

O aumento na base da pirâmide deve ocorrer em ritmo mais moderado, mas, ainda assim, somente de 2019 a 2025, período para o qual se prevê expansão da economia, serão mais 438 mil lares.

— Quando você conduz mal a política econômica, deixa a inflação subir, as mais prejudicadas são as famílias de menor renda. Aliado a isso, se deixou que os gastos públicos subissem muito.

A combinação de BNDES inchado, isenções de impostos e incentivos a setores não beneficiou os mais pobres.

A economia mais fechada e com viés estatizante impediu maior concorrência e oferta de preços menores. Isso privilegia alguns poucos e prejudica a maioria — avalia Adriano Pitoli, economista, autor do levantamento e diretor da área de Análise Setorial e Inteligência de Mercado da Tendências.

MODELO FRÁGIL DE MOBILIDADE SOCIAL

O problema nos próximos anos, segundo Pitoli, é que a “fórmula mágica” que permitiu a ascensão dos mais pobres entre 2006 e 2012 — com expansão do consumo das famílias no dobro da velocidade do PIB e ampla criação de vagas para mão de obra menos qualificada em comércio e serviços — não deve se repetir.

Especialistas destacam também outros componentes que impulsionaram a mobilidade social na década passada, como a política de valorização do salário mínimo, que acumulou crescimento real de 72,31% entre 2003 e 2014, o crédito facilitado, a inflação controlada e a entrada de mais mulheres no mercado de trabalho.

— Há muita coisa errada para consertar na economia. O mercado vai continuar muito fraco. As empresas vão demorar a voltar a contratar. Daqui por diante não tem mágica. As famílias vão ter de se acostumar a viver com menos por mais tempo — resume Pitoli.

Com o quadro adverso na economia nos últimos anos, o nível de endividamento das famílias saltou de 18% da renda em 2005 para 30% no ano passado. Para especialistas, a rápida deterioração evidencia a vulnerabilidade do último quadro de expansão.

— Chama a atenção a intensidade do movimento. Ele sugere uma fragilidade da mobilidade social promovida anteriormente. É claro que é bom ter geladeira, carro, televisor e viagem de avião, mas não torna permanente a capacidade de a pessoa se sustentar, dar educação e saúde de qualidade aos filhos — avalia Gesner Oliveira, economista, professor da FGV e pesquisador na área de infraestrutura social.

Para as famílias que sentem no dia a dia o retrocesso na qualidade de vida, o jeito é se adaptar ou escolher criteriosamente quais gastos preservar.

Glória e Anderson, que estão desempregados, tiveram de abrir mão do conforto de viver numa casa de dois andares, em Bangu. Eles alugaram o térreo a uma outra família. Junto com o aluguel de outro imóvel, herdado por Glória, esta se tornou a renda familiar no momento.

Além de jogo de cintura, a mudança exigiu que eles transferissem a cozinha para o terraço e instalassem uma escada caracol para garantir o acesso direto ao segundo andar. Segundo Glória, a prioridade é preservar a qualidade da alimentação dos filhos. — Eles têm de ter na mesa aquilo ao que já estão acostumados.

A gente deixa de comprar roupa, estica dali, mas não corta alimentação. Os meses que meu marido trabalhou na Ceasa foram ótimos.

Ele podia trazer para casa o que não era vendido. Chegava com “tonelada” de inhame, melancia, brócolis e couve-flor — conta Glória, em referência a um bico de três meses que o marido fez transportando alimentos.

PERDA DE BEM-ESTAR

Para Miguel Foguel, economista e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) nas áreas de mercado de trabalho e desigualdade, a perda de bem-estar é um dos efeitos mais duros sobre as famílias, principalmente porque pode respingar na educação:

— Não é de se estranhar que crianças deixem de ir à escola para trabalhar ou que jovens adiem a entrada na faculdade pela mesma razão.

Apesar do prognóstico negativo para os próximos anos, Carlos Antonio Costa Ribeiro, sociólogo e pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp) da Uerj, avalia que a perda de bem-estar é longe de ser irreversível.

Ele aponta duas razões: a chamada mobilidade intergeracional, que mede se os filhos vivem em condições melhores que os pais, tem mostrado resultados positivos, e o ritmo menor de crescimento da população:

— As pessoas estão tendo menos filhos. O Brasil tem taxa de reposição menor do que dois, está em 1,8 filho por família. Se a população diminui, e o sistema educacional continua se expandindo, isso significa menos gente entrando na economia ao longo do tempo, com maior escolaridade.

Oliveira condiciona a sustentabilidade da ascensão de classe à melhoria do que chama de infraestrutura social: educação, saúde, saneamento básico e segurança:

— Precisamos de foco na eficiência e na qualidade da infraestrutura social para obter resultados melhores do que as projeções. Caso a família perca o plano de saúde e a possibilidade de manter o filho em escola particular, poderia encontrar bons hospitais públicos.

Um grande investimento nessas áreas pode fazer a diferença e criar ascensão social mais lenta. Com isso, não ocorreriam grandes movimentos de consumo ou euforia, mas a construção de uma nação mais igualitária.

Enquanto a realidade se mostra menos acolhedora, as pessoas se adaptam como podem: topam ganhar menos, fazem trabalhos temporários, dirigem Uber ou trabalham por conta própria, lista Foguel:

— Elas aceitam para se defender, mas acabam contribuindo para piorar a renda. Glória está desempregada há três anos.

Reclama que o mercado é cruel com quem tem mais de 40 anos e três filhos. Desde então, a técnica em TI só conseguiu um trabalho temporário de três meses, durante os Jogos Olímpicos. Comemorou como se fosse promoção:

— Trabalho desde os 15 anos. É muito difícil ser só dona de casa. Cansa. Mexe com o emocional. Resolvi aceitar essa oportunidade e invertemos os papéis. Foi ótimo.

O Anderson cuida das crianças melhor do que eu. É muito rígido com os horários: elas dormiam cedo, só faziam as refeições na mesa, e, antes do meio-dia, o almoço estava pronto. Glória cansou de procurar emprego.

Investiu R\$ 400 em equipamentos e montou um salão de beleza em casa, que deve abrir esta semana. Anderson vai usar a experiência na direção para trabalhar como motorista do Uber. Esperam, assim, aumentar a renda da família em, pelo menos, R\$ 1.000.

Quatro passos para você cuidar da saúde financeira

11/10/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

Manter a vida financeira em ordem é como fazer exercícios físicos. É preciso disciplina, planejamento e força de vontade. E os resultados também são parecidos. Se os exercícios garantem saúde física, a organização financeira garante tranquilidade para lidar com emergências e ajuda a realizar sonhos de consumo.

Para ajudar na sua rotina, a **Gazeta do Povo** elaborou um Guia de Finanças Pessoais, com orientações de especialistas sobre alguns passos que vão garantir o sucesso do seu planejamento financeiro.



Autoconhecimento

Antes de começar a planejar você precisa refletir sobre sua relação com o dinheiro. Você é organizado ou tem dificuldade para lidar com o cartão de crédito? Você conhece bem os instrumentos financeiros, ou precisa de ajuda?

Essa reflexão vai ajudá-lo a entender o tamanho do desafio para economizar. Também é importante conhecer o seu perfil como investidor. Você tem aversão a perdas ou quer arriscar? A partir disso, você pode escolher os melhores investimentos.



Organização

Além de saber organizar os gastos para conseguir poupar, é preciso dar atenção a detalhes que, se não forem devidamente analisados, podem gerar um verdadeiro caos no seu planejamento financeiro.

Você precisa saber qual a sua renda, no que você gasta e como poderia aumentar a poupança. Se você tem dívidas, esse segundo passo é a hora de colocar as contas em dia.



Investimentos

Se você já sabe qual é o seu perfil de investidor e conseguiu se organizar para economizar, pode agora analisar suas opções. Há boas opções no mercado que estão à disposição de todos.

Não tenha preguiça nem receio de procurar a melhor rentabilidade dentro do seu perfil de investidor.



Acompanhamento

Os desafios que você enfrenta mudam ao longo da vida e é preciso estar preparado. Com as finanças pessoais, não é diferente.

Você precisa se adaptar às mudanças e se preparar para assumir novos planos. Pensar em seguros e previdência, por exemplo, fazem parte dessa visão de longo prazo.

Conta de luz pode ficar até 5% mais cara em 2017

11/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

O atraso no pagamento de indenizações bilionárias devidas às transmissoras de energia elétrica poderá ter um impacto de até 5% na conta de luz do consumidor no ano que vem, pressionando ainda mais a inflação. A estimativa é do ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Julião Coelho, que também é consultor jurídico de diversas associações do setor.

A partir de 2017, segundo o especialista, o governo deve começar a quitar dívidas com as transmissoras que, a rigor, tinha de ter começado a pagar em 2013. Naquele ano, o governo decidiu cortar cerca de R\$ 4,4 bilhões em receitas das transmissoras. A medida fazia parte das ações para anunciar a prometida redução de 20% na conta de luz, o que de fato ocorreu.

No meio desse processo, o governo acabou usando o dinheiro dos fundos setoriais – que pagariam esse valor – para outros fins. Como esse rombo não sumiu, agora ele voltará para a conta de luz carregado de juros. Hoje, seu valor é estimado entre R\$ 9 bilhões e R\$ 10 bilhões, por causa dos reajustes acumulados nos últimos três anos.

“O que aconteceu é que, na verdade, retiraram essa receita devida às transmissoras, para reduzir a tarifa de forma artificial”, disse Julião. “Essa é a arte da pedalada na conta de luz. Ouvimos que tinham baixado a tarifa, quando na verdade só estavam fazendo um deslocamento temporal do custo.”

A decisão de fazer o repasse bilionário devido às transmissoras de energia para a conta de luz do consumidor foi tomada no início deste ano, depois que o Tesouro Nacional se recusou a pagar a conta, tendo em vista o déficit acumulado nos últimos anos.

A previsão é de que os juros da dívida com as transmissoras sejam pagos em até oito anos. Já o valor original da indenização pode ser pago até o fim da vida útil dos equipamentos.

Apesar de o setor elétrico ter retomado seu equilíbrio estrutural de oferta de energia (reflexo da demanda menor, por causa da crise econômica e da melhora nos níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas), financeiramente o setor ainda está longe de retomar sua normalidade. “A judicialização do setor é resultado desse cenário conturbado e desequilibrado, e não a causa dele”, comenta o especialista.

Indenização

Os valores a que as transmissoras têm direito estão relacionados a investimentos em melhoria e expansão de linhas e subestações anteriores ao ano 2000 e que ainda não foram amortizados.

Pela proposta original, o governo não pretendia pagar indenização por essas obras e equipamentos, mas mudou de ideia após uma forte pressão das transmissoras, que sinalizaram que não iriam aderir à proposta de renovação dos contratos.

Quando concordou em pagar a conta às transmissoras, a União garantiu a adesão dessas empresas ao pacote de renovação antecipada das concessões e, a partir disso, anunciou a redução da conta de luz em 20%, ainda em 2013. Essa situação foi sustentada até o fim do período eleitoral, em 2014.

Após as eleições, o governo admitiu que não tinha mais como bancar as medidas com base em aportes do Tesouro Nacional. Hoje, as estimativas indicam que ainda faltam cerca de R\$ 24 bilhões para encerrar a encrência financeira das indenizações de transmissão.

Brasil fecha acordo para emprestar dinheiro ao FMI, se necessário

11/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

Se nas décadas de 1980 e 1990 o Brasil recorreu a empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) em várias ocasiões, agora o País está em outro papel. Credor em moeda estrangeira desde 2008, quando Luiz Inácio Lula da Silva era presidente, o Brasil participará pela primeira vez de um “acordo bilateral” (Bilateral Borrowing Agreement) com o FMI. Na prática, emprestará dinheiro ao fundo, se houver necessidade.

O acordo foi assinado pelo presidente do BC, Ilan Goldfajn, e pela diretora do FMI, Christine Lagarde, na última quinta-feira, 6, em Washington. Ele prevê que o Brasil pode emprestar até US\$ 10 bilhões ao fundo.

Outras 25 nações também fecharam acordos equivalentes. O acordo bilateral vale até o fim de 2019, mas pode ser prorrogado por mais um ano, se houver consentimento do País. Se o empréstimo for acionado, os recursos continuarão a fazer parte das reservas brasileiras, hoje na casa dos US\$ 375 bilhões, mas o FMI pagará juros.

Esta não é, de acordo com o Banco Central, a primeira vez que o Brasil contribui com recursos de empréstimo ao FMI. Desde 2011, o Brasil participa de um acordo semelhante ao bilateral, o New Arrangements to Borrow (NAB), que é um arranjo multilateral de empréstimos. Atualmente, o NAB conta com 40 membros.

A primeira fonte de recursos do FMI é, tradicionalmente, a proveniente das contas de cada membro – incluindo o Brasil. Depois disso, se for necessário, o fundo utiliza o dinheiro ligado ao NAB. A terceira opção são os recursos vindos dos acordos bilaterais, como este assinado pelo Brasil. Até hoje, eles nunca foram utilizados.

Anfir pede mudança nos financiamentos do BNDES

11/10/2016 – Fonte: Automotive Business

A Anfir, associação dos fabricantes de implementos rodoviários, defende mudança nas condições de financiamento oferecidas pelo BNDES para o setor. A entidade pede que o banco aumente sua participação na concessão de crédito para a compra destes equipamentos.

Atualmente a instituição financia 50% do valor do bem para grandes empresas e 60% do montante no caso de pequenas e médias. “O ideal seria elevar os percentuais de participação para 80% grandes e 90% PMEs e simplificar a equação de concessão de crédito”, aponta o presidente da Anfir, Alcides Braga.

Pelas condições atuais, é possível financiar parcelas maiores do valor do implemento. A questão é que, neste caso, o crédito fica mais caro, com importante custo adicional no contrato. A entidade calcula que, nestas condições, o empréstimo alcança taxa de

juros de 18%, bem acima da alíquota normal, calculada com base na TJLP, a Taxa de Juros de Longo Prazo.

O modelo que a Anfir gostaria que entrasse em vigor deveria manter as mesmas condições mesmo para o financiamento de parcela mais elevada do valor do implemento. Neste caso, seria possível cobrir 80% a 90% do montante com juros que incluiriam a TJLP, spread bancário e a comissão do agente financeiro, o que totalizaria entre 12% a 13% ao ano, segundo calcula a entidade.

O posicionamento da organização está alinhado com o defendido por uma série de fabricantes de caminhões. Uma delas é a MAN Latin America. Roberto Cortes, CEO da empresa, já declarou que o financiamento do BNDES deveria cobrir 100% do valor do bem.

Venda de usados recua 2% em nove meses

11/10/2016 – Fonte: Autoimove Business



As vendas de veículos usados recuaram 2% no acumulado do ano até setembro na comparação com mesmo período do ano passado, para pouco mais de 7,59 milhões de unidades, entre leves e pesados, segundo dados divulgados pela Fenabrave, que reúne o setor de distribuição. A média ficou em 5,5 veículos usados vendidos para cada veículo novo emplacado no mesmo período.

Todos os segmentos apresentaram queda, embora em níveis bem menores do que os registros do mercado de novos.

No segmento de leves houve retração de 2% no comparativo anual do acumulado de nove meses: foram 7,32 milhões de unidades que tiveram suas transferências de dono realizadas no período. Os automóveis puxaram o resultado para baixo ao registrar um dos mais baixos desempenhos do setor, com 2,3% de queda, para 6,31 milhões contra as 6,46 milhões de unidades transferidas em igual intervalo de 2015.

Em comerciais leves as vendas de usados diminuíram apenas 0,2%, para 1,01 milhão de unidades, uma diferença de pouco mais de 2 mil unidades sobre o volume registrado nos nove meses do ano passado.

O segmento de veículos comerciais pesados também teve queda de 2% na soma das vendas de usados de caminhões e ônibus entre janeiro e setembro deste ano sobre o resultado de iguais meses do ano passado. Foram 276,8 mil contra as 279,7 mil transferências.

Enquanto no de caminhões houve queda irrisória de 0,38% com a venda de 246,7 mil veículos, os ônibus tiveram a maior queda entre todos os segmentos, de 6% ao entregar apenas 30 mil unidades em todo o País.

Na comparação mensal, as vendas de usados em setembro ficaram 10,4% menores que as de agosto, passando de 985,8 mil para 883,4 mil no mês passado.

“Apesar da variação negativa verificada no resultado entre os meses de agosto e setembro, o acumulado deste ano aproxima-se do mesmo total do ano passado, com o que podemos observar uma certa estabilidade. Nossa expectativa é a de um possível resultado semelhante ao obtido em 2015”, avaliou Ilídio dos Santos, presidente da Fenauto, Federação Nacional das Associações dos Revendedores de Veículos Automotores.

Ducati anuncia nova Multistrada 1200 Enduro

11/10/2016 – Fonte: Automotive Business



A Ducati começa a vender até o fim de novembro a nova Multistrada 1200 Enduro. Montada em Manaus (AM), ela é equipada com motor de dois cilindros em “L” de 1.198,4 cc, transmissão de seis marchas e 160 cavalos. O preço sugerido é de R\$ 89,9 mil. Criada para longas distâncias, a moto tem tanque de combustível de 30 litros como destaque.

Entre os recursos para uso fora de estrada há suspensão eletrônica semiativa fornecida pela Sachs. A evolução do modelo inclui o Controle de Parada do Veículo (VHC). O sistema foi desenvolvido para auxiliar o piloto a colocar a moto em movimento em subidas e ladeiras. Essa é a primeira Ducati a receber o recurso.

Ainda entre os itens de série a Multistrada tem controle de tração, controlador eletrônico de velocidade e o módulo de Bluetooth, que permite que o piloto conecte a moto a um smartphone pelo sistema multimídia Ducati e gerencie funções como recebimento de chamadas, mensagens de texto e música. As informações são exibidas no painel da moto.

Graças à conexão Bluetooth, um novo aplicativo (disponível para o iOS e em breve para Android) permite conectar o smartphone e registrar dados da moto e itinerários de estrada. Informações como velocidade, ângulo de inclinação, potência e consumo podem ser exibidas direto no mapa e na pilotagem diária.

DUCATI ENTRA PARA A ABRACICLO

A Ducati se tornou a 14ª associada da Abraciclo, entidade que reúne os fabricantes de motos e bicicletas instalados em Manaus (AM).

As motos Ducati são montadas em Manaus dentro da estrutura da Dafra. Por causa de lançamentos feitos no fim do ano passado, a marca foi uma das poucas a registrar crescimento no setor de motos em 2016. Foram 986 unidades de janeiro a setembro, alta de 28,9% sobre o mesmo período de 2015.

Vendas de implementos rodoviários encolhem 30,7%

11/10/2016 – Fonte: Automotive Business



O setor de implementos rodoviários mantém estável o patamar de queda nas vendas. De janeiro a setembro os negócios encolheram importantes 30,7% na comparação com os mesmos nove meses do ano passado. Assim, foram entregues 47,8 mil equipamentos no mercado nacional. Os dados são da Anfir, associação que representa os fabricantes do setor.

A maior contração segue no segmento de implementos da linha leve, de carrocerias sobre chassis. Foram 29,3 mil unidades negociadas, com queda de 36,7%. As vendas da linha pesada, de reboques e semirreboques, encolheram 18,3%, para 18,4 mil equipamentos.

O único dado positivo vem das exportações. Ainda que o volume seja baixo, ele segue em expansão: de janeiro a setembro foram vendidos 2,5 mil implementos brasileiros em outro mercado, uma alta de 24,5%.

Para amenizar o cenário de contração nos negócios, a Anfir pede mudança nas condições de financiamento pelo BNDES.

O pleito da entidade é para que o banco passe a cobrir 80% a 90% do valor do bem com suas linhas de crédito a condições competitivas. Atualmente a participação da instituição está limitada a 50% a 60% do montante.

UE e Mercosul voltam a negociar acordo

11/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

Pela primeira vez em doze anos, Mercosul e União Europeia voltam a negociar de forma prática um acordo de livre-comércio entre os dois blocos. Desde segunda-feira, 10, negociadores de ambos os lados estão em Bruxelas para uma semana de diálogos, algo que não ocorria desde 2004. Na mesa, os europeus apresentaram um plano para zerar as tarifas de importação aos bens do Mercosul num prazo de dez anos.

Em maio, o Mercosul apresentou sua oferta de liberalização, oferecendo a redução tarifária para 87% das linhas comerciais.

Nos 13% restantes, porém, itens de grande interesse dos europeus – como parte do setor automotivo – continuariam fechados. O bloco sul-americano indicou na segunda-feira, 10, que pretende fazer essa liberalização de forma gradual e num prazo de 15 anos.

Em resposta, a UE também apresentou seu projeto de abertura, com 89% das linhas tarifárias e que seriam isentas de impostos também de forma gradual num prazo de dez anos.

Mas, no caso europeu, setores de interesse do Mercosul também foram alvos de limitação. Carnes, por exemplo, apenas entrariam no mercado da UE com cotas. Já o açúcar ficou integralmente excluído, o que produtores no Mercosul já indicaram que não aceitarão.

Para os diplomatas, porém, a semana servirá para "colocar o mecanismo para finalmente funcionar". No primeiro dia de encontros, o avanço foi considerado pelos principais chefes da negociação como "melhor que esperado".

Depois de anos suspenso, o processo distanciou os dois blocos. Agora, a reunião serve para que os negociadores possam ser apresentados. "Nem nos conhecemos mais", admitiu um dos representantes do Mercosul.

Serviços

Nos próximos dias, cada um dos grupos fará uma leitura de todos os pontos da oferta, explicando o que elas representam em termos de abertura. Além do comércio de bens, elas incluem a liberalização de serviços, investimentos e compras governamentais.

Tanto o Mercosul como a UE já indicaram que as propostas sobre a mesa não são suficientes. Mas, para o bloco sul-americano, não se chegou ainda no ponto de refazer as ofertas. "Vamos primeiro fazer nossa lição de casa e explicar o que existe sobre a mesa", indicou um dos negociadores europeus.

Mas o lado europeu também enfrenta desafios. Bruxelas ainda precisa convencer a Irlanda, a França e outros dez países a aceitarem aberturas no comércio agrícola. No mês passado, a comissária de Comércio da UE, Cecilia Malmstrom, enviou uma carta aos produtores de carne na Irlanda para explicar que o bloco, como um todo, ganhará com o acordo com o Mercosul, incluindo a economia da Irlanda.

Apenas em redução de tarifas os europeus estimam que \times 4 bilhões por ano desapareceriam das contas dos exportadores da UE, ao não ter de pagar impostos para entrar no mercado do Mercosul.

Empresas da UE ainda poderiam competir por um mercado avaliado em \times 150 bilhões em compras governamentais e licitações feitas pelo Brasil.

No setor de serviços, a Europa também insiste que tem vantagens competitivas e que o fim de barreiras poderia representar ganhos reais. Hoje, 24% de todas as exportações da UE ao Mercosul são em forma de serviços.

Dose de 'remédio' provoca divergência

11/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

Entre os economistas, não há divergência em relação à gravidade do problema fiscal. Os gastos da máquina estatal precisam ser controlados sob pena de a dívida pública explodir e o País ficar preso na armadilha do baixo crescimento ou mesmo de uma recessão prolongada.

A divergência entre alguns especialistas está em torno da receita a ser adotada para colocar a economia de volta nos trilhos – e é nesse ponto que residem as avaliações contra e a favor em relação às medidas apresentadas dentro da Proposta de Emenda Constitucional 241, popularmente conhecida como PEC do Teto de Gastos.

O professor de Economia da PUC-Rio José Márcio Camargo, que apoia as medidas, avalia que a aprovação da PEC 241 é indispensável para controlar a trajetória da dívida pública brasileira.

Ele rebate as críticas de corte de investimentos em saúde e educação. “Dada a penúria de recursos e o desequilíbrio fiscal, a regra proposta pela PEC é melhor para a educação do que a regra atual”, diz.

Entre os críticos, o economista José Luis Oreiro teme que a proposta possa ser mais enérgica que o necessário. Oreiro acredita que a PEC do Teto até pode ser um bom remédio para a crise fiscal, mas diz que a dosagem está equivocada.

Para ele, é crucial levar em conta o crescimento populacional do País na equação, a fim de manter o gasto per capita em áreas como saúde e educação. “Aprovada como está, a PEC é um tiro no pé”, diz. Ao lado, os principais trechos das entrevistas que ambos concederam ao jornal *O Estado de S. Paulo*.

‘PEC é melhor para educação que a regra atual’

Para professor de Economia da PUC-Rio, José Márcio Camargo, que defende o teto para gastos, situação fiscal do País é ‘totalmente insustentável’.

O sr. esteve no jantar com o presidente Michel Temer para falar da PEC 241. Qual a sua avaliação?

Eu disse no jantar o que eu acredito que é a realidade. O status quo hoje é totalmente insustentável.

Se a gente mantiver a situação fiscal atual, a relação dívida/PIB vai explodir e nós vamos ter um problema grave: ou vamos ter a volta da hiperinflação ou vamos batalhar com a dívida, não tem outra solução.

Outra coisa é que, pela primeira vez, é criado um limite para gasto público, que é uma coisa muito importante no Brasil, já que o País tem aumentado gasto público sistematicamente desde 1980. Acredito que os deputados estão conscientes da gravidade da situação.

Qual seria o impacto da PEC na relação dívida/PIB?

Isso depende da taxa de crescimento do PIB e da taxa de juros. Mostramos no jantar com o presidente várias simulações.

Um exemplo: com taxa de crescimento do PIB de 2,5% ao ano e taxa de juros reais de 4%, com inflação a 4,5% ao ano, a relação dívida/PIB continua aumentando até 2025, chega próximo a 97% do PIB e depois começa a cair.

No final da vigência da PEC, ela volta para a casa dos 85% do PIB.

Qual seria o impacto em áreas como saúde e educação?

Atualmente, o gasto com educação é vinculado à receita corrente líquida, que se comporta basicamente da mesma forma que o PIB.

Qual teria de ser a taxa de crescimento do PIB para que o gasto com a regra atual seja maior do que com a regra proposta pela PEC? Fizemos a conta: dá 3,75% ao ano durante 20 anos – e essa probabilidade é próxima de zero.

O PIB deste ano está caindo, a receita corrente líquida está caindo. Não haveria crescimento de investimento no ano que vem, por exemplo. Dada a penúria de recursos e o desequilíbrio fiscal, a regra proposta pela PEC é melhor para a educação do que a regra atual. Agora, se o Brasil voltar a crescer, a receita corrente líquida vai aumentar – aí vai sobrar dinheiro e o Congresso pode decidir onde quer gastar.

'Projeto é um tiro no pé, é um puxadinho'

Para professor do Instituto de Economia da UFRJ, José Luis Oreiro, governo comete erro grave ao tentar apenas limitar o crescimento de gastos à inflação.

O que o sr. acha da PEC 241, conhecida como a PEC do Teto?

A Proposta de Emenda Constitucional 241 está cometendo um erro muito grave. A intenção é boa: reduzir os gastos primários como proporção do PIB ao longo de uma sequência de anos. Ou seja, a ideia é fazer um ajuste fiscal gradual, coisa com a qual eu concordo, até em função do quadro recessivo da economia brasileira.

O problema é como disse uma vez o chanceler José Serra: a diferença entre o remédio e o veneno é a dosagem. Ao propor a indexação de gastos primários pela inflação do ano anterior, você congela os gastos em termos reais.

Ora, a população brasileira cresce 0,8% ao ano. Em dez anos – ou seja, na metade do período previsto pela PEC –, a população vai ter aumentado perto de 10%. Se você fizer uma conta grosseira, seremos 20 milhões de brasileiros a mais.

Como é que você vai conseguir dar um tratamento decente de saúde e um nível decente de educação para 20 milhões de brasileiros a mais com a mesma quantidade de dinheiro em termos reais? Isso não faz nenhum sentido.

Qual seria a saída?

A regra que eu estou defendendo é a seguinte: ajustar os gastos primários pela inflação do ano anterior mais o crescimento da população – para, pelo menos, manter os gastos em termos per capita, ou seja, por habitante, constantes ao longo do tempo.

Com saúde e educação não se pode brincar. Não é factível achar que vai haver ganho de eficiência ao longo desses anos que vão compensar a redução nos gastos de saúde e educação por habitante.

Realmente, é de uma obtusidade inacreditável. Quando a gente voltar a crescer, a produtividade vai voltar a crescer, mais aí o gasto estaria engessado. Aprovada como está, a PEC é tiro no pé, um puxadinho.

A medida seria suficiente para resolver a questão fiscal?

Fazer a PEC do jeito que eu estou propondo sem fazer a reforma da Previdência não vai adiantar nada.

Além de definir a meta fiscal, você precisa de instrumentos que permitam ao Executivo cumprir a meta. Sem a reforma da Previdência, isso não vai acontecer.

Produção da Opep foi recorde em setembro, diz AIE

11/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

A produção da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) foi recorde em setembro, informou hoje a Agência Internacional de Energia (AIE), destacando os desafios que o cartel enfrenta para seguir em frente com planos de produzir menos.

No mês passado, a Opep fechou um acordo informal, na Argélia, para cortar sua produção de forma a reduzir o excesso de oferta e ajudar a sustentar os preços do petróleo, que estão em trajetória de baixa há mais de dois anos.

Em relatório mensal, contudo, a AIE apontou que a produção da Opep subiu 160 mil barris por dia (bpd) em setembro, ao nível inédito de 33,64 milhões de bpd. Isso significa que o grupo precisa reduzir sua produção em 640 mil bpd a 1,14 milhão de bpd, para chegar a um volume entre 32,5 milhões de bpd a 33 milhões de bps, intervalo do teto estipulado na Argélia.

“A Opep efetivamente abandonou sua política de livre mercado estabelecida há quase dois anos”, comentou a AIE, que presta consultoria sobre energia a países industrializados.

O Iraque, cuja produção foi uma das questões mais polêmicas na Argélia, uma vez que Bagdá contesta cálculos independentes, produziu 4,46 milhões de bpd, também nível recorde e cerca de 90 mil bpd acima do resultado de agosto, disse a AIE.

Já a oferta da Líbia, Irã e Nigéria cresceu, respectivamente, 70 mil bpd, 30 mil bpd e 20 mil bpd, de acordo com o documento da AIE. Mais aumentos nesses três países, que não foram incluídos no acordo da Argélia, “sugeririam que cortes maiores precisariam ser feitos por outros, como a Arábia Saudita”, ponderou a agência. A produção da Arábia Saudita, o maior representante da Opep, recuou em torno de 20 mil bpd em setembro, a 10,58 milhões de bpd, calcula a AIE.

Ontem, o presidente da Rússia, Vladimir Putin, disse que Moscou poderá se juntar aos esforços da Opep de reduzir a produção, embora não faça parte do cartel. Em setembro, porém, a produção russa de petróleo bruto e gás natural aumentou 400 mil bpd, a 11,1 milhões de bpd, o maior patamar desde o fim da União Soviética, segundo a AIE.

Considerando-se a produção da Opep e de fora do grupo, a oferta global de petróleo cresceu 600 mil bpd em setembro.

E os fundamentos estão melhorando para os produtores. A AIE calcula que a demanda terá expansão de 1,2 milhão de bpd em 2017.

A agência elevou sua projeção de consumo global no próximo ano em 200 mil bpd, a 97,5 milhões de bpd.

A AIE também informou que os estoques comerciais de petróleo de países industrializados caíram pela primeira vez desde março, ao apresentar queda de 10 milhões de barris em agosto, a 3,092 bilhões de barris.

De qualquer forma, a AIE alertou que o excesso de oferta poderá continuar até o primeiro semestre de 2017 se a Opep não reduzir sua produção. Mas "se a Opep cumprir sua nova meta, o reequilíbrio do mercado poderá vir mais rápido", ressaltou.

Feriado estendido para driblar a crise

11/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

A crise que afeta os cofres da União e dos Estados atinge de forma ainda mais contundente o caixa das prefeituras do interior. Com a queda na receita, os prefeitos de algumas cidades de São Paulo são obrigados a adotar medidas impopulares para manter os serviços essenciais funcionando.

O problema atinge principalmente os pequenos municípios, com maior dependência dos repasses estaduais e federais. Entidades que representam as prefeituras foram a Brasília, no último dia 5, pedir ajuda ao governo federal.

Em Monte Alegre do Sul, de 7,3 mil habitantes, na região de Campinas, o prefeito Carlos Alberto de Aguiar (PCdoB) assinou decreto na sexta-feira passada, 7, estendendo o feriado de 12 de outubro para a semana toda. O "feriadão" começou na segunda-feira, 10, e vai até sexta-feira, emendando com o fim de semana.

Creches, escolas municipais e postos de saúde vão ficar fechados, como forma de economizar, e os moradores reclamam. A prefeitura informou que a medida se deve à crise financeira e à necessidade de "enxugar os gastos para honrar a folha de pagamento dos funcionários".

Atraso

A prefeitura de Analândia, de 4,5 mil habitantes na região central do Estado, parcelou o salário dos 320 servidores e, mesmo assim, paga com atraso. O Sindicato dos Servidores Municipais entrou com pedido de bloqueio das contas até que sejam pagos integralmente os salários de todos os funcionários.

Uma decisão deve sair esta semana. O prefeito Rogério Ulson (PMDB) diz que, em razão da crise, a inadimplência aumentou. "Estamos em atraso com pagamentos de cerca de R\$ 1,5 milhão, mas temos R\$ 3,8 milhões em tributos para receber." Na semana passada, a prefeitura reduziu em três horas o expediente das repartições municipais que, agora, funcionam das 9 horas às 15 horas. O município vai leiloar terrenos públicos e executar devedores que não pagam imposto.

A prefeitura de Presidente Bernardes, no oeste paulista, também reduziu em duas horas diárias o expediente para conter gastos. Conforme o decreto assinado na quinta-feira passada pelo prefeito José Lúcio Cauneto (PSB), a medida se deve à "acentuada diminuição nas receitas públicas provocada pela queda nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios, da União, e do ICMS, do Estado". O documento determina corte de gastos em todas as secretarias, desde despesas com viagens até o fornecimento de remédios e cestas básicas.

Em Dolcinópolis, de 2,2 mil habitantes, no norte do Estado, todos os serviços públicos já estão parados há 15 dias em razão de uma greve dos servidores. Eles não recebem há dois meses e entraram com ação na Justiça. Na quinta-feira, 6, um grupo bateu panelas na frente do Fórum de Estrela d'Oeste, sede da Comarca.

Segundo José Luiz Francisco, presidente do Sindicato dos Servidores, a ação pede a intervenção do Estado no município para o pagamento dos salários. Serviços essenciais, como saúde e educação, estão sendo afetados, e o Ministério Público abriu inquérito para apurar prejuízos à população.

De acordo com a prefeitura, a crise reduziu a receita e a folha de pagamento passou a representar mais de 58% da arrecadação. A administração garante, no entanto, que a situação será regularizada até o fim deste ano.

Em São Carlos, os funcionários da empresa responsável pela coleta de lixo estão parados desde a noite de sexta-feira por atraso no pagamento. A empresa alega que não vem recebendo em dia os repasses da prefeitura pela prestação do serviço. A prefeitura informou ter pago R\$ 400 mil à empresa esta semana, mas admitiu que ainda deve R\$ 1,1 milhão.

Parte da coleta de lixo também foi paralisada em São Vicente, no litoral sul de São Paulo. Uma das empresas prestadoras suspendeu os serviços na sexta-feira, até que a prefeitura regularize os pagamentos em atraso. O município informou que o problema decorre da queda nas receitas e disse que está em busca de uma solução.

Ajuda

Na quarta-feira passada, 5, representantes da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e da Associação Paulista dos Municípios (APM) reuniram-se com o ministro da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, para expor a crise dos municípios e cobrar 0,25% restantes da quota extra de 1% do FPM que deveria ser repassada às prefeituras, conforme emenda aprovada no Congresso.

Eles querem também que os municípios tenham uma participação maior nos recursos recebidos pelo governo por meio da Lei da Repatriação, que incentiva o retorno ao País de capital enviado ilegalmente ao exterior. O governo diz que os pedidos estão sendo estudados.

Emplacamento no setor de implementos cai 30,71% de janeiro a setembro, diz Anfir

11/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

O volume de emplacamentos de implementos rodoviários no acumulado do ano até setembro totalizou 47.848 unidades, o que representa uma queda de 30,71% em relação aos 69.053 produtos emplacados no mesmo intervalo de 2015, informou nesta segunda-feira, 10, a Associação Nacional dos Fabricantes de Implementos Rodoviários (Anfir).

Em nota, a entidade destaca que foram entregues 18.469 produtos no segmento de reboques e semirreboques no período entre janeiro e setembro de 2016, uma retração de 18,23% na comparação com os primeiros nove meses do ano passado. Já no segmento de carroceria sobre chassi, foram entregues 29.379 unidades desde o início do ano, um recuo de 36,77% na base anual.

A Anfir ressalta que, apesar dos resultados negativos no mercado interno, as vendas ao exterior nos primeiros três trimestres deste ano avançaram 24,49% em relação ao mesmo intervalo de 2015, totalizando 2.547 reboques e semirreboques. Segundo a associação, o volume de vendas ao exterior poderá aumentar ainda mais como

resultado do convênio assinado entre a Anfir e a Agência Brasileira de Promoção de exportações e Investimentos (Apex-Brasil).

TJLP

Em nota, o presidente da Anfir, Alcides Braga, afirmou que a manutenção da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) em 7,5% para o quarto trimestre de 2016 foi uma decisão acertada por parte do Conselho Monetário Nacional (CMN). “É um bom patamar de juros para o mercado mas para alavancar as vendas é necessário que o BNDES amplie sua participação nos financiamentos”, diz o executivo.

Projeto propõe limite para cobrança de juros dos cartões de crédito

11/10/2016 – Fonte: Notícias do Senado



- [PLS 245/2016](#)

Os juros do cartão de crédito podem passar de quase 400% ao ano para no máximo 28,5% no mesmo período. Esta é a intenção do Projeto de Lei do Senado (PLS 245/2016 Complementar), apresentado pelo senador Gladson Cameli (PP-AC).

A intenção da proposta é que a taxa de juros cobrada pelas operadoras de cartão de crédito passe a ser calculada em, no máximo, duas vezes o valor da taxa Selic, que hoje é de 14,25% ao ano.

A Selic é a taxa básica de juros da economia brasileira. Ela é utilizada pelo Banco Central para controlar a inflação no país e está relacionada a todos os setores da economia, desde o consumo até a bolsa de valores.

Em sua justificativa, Gladson afirmou que a população brasileira tem sofrido com as altas taxas de juros cobradas pelas operadoras de cartão de crédito. Mas, ponderou que a intenção do projeto não é prejudicar a economia de mercado.

— A intenção é restabelecer condições de juros que vigorariam no mercado de cartões de crédito, caso esse estivesse operando em condições de efetiva competição — explicou. A proposta aguarda designação de relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Artigo: Por que os juros não caem no Brasil?

11/10/2016 – Fonte: G1

A taxa básica de juros no Brasil, a Selic, se mantém no elevado patamar de 14,25% ao ano desde julho de 2015. Não é surpreendente que esteja tão alta em um momento de inflação também elevada e desajuste das contas públicas. Mas uma análise do histórico dos juros no Brasil permite facilmente constatar que as taxas elevadas de

hoje não são explicadas apenas pela situação econômica atual. A raiz do problema é a situação fiscal e só sua solução poderá viabilizar uma queda sustentável do juro brasileiro.

A economia brasileira tem ostentado há anos a maior taxa de juros real do planeta. O juro real é a diferença entre a taxa de juros definida pelo Banco Central e a inflação. Desde 1994, os juros reais se mantêm sistematicamente acima de 10% ao ano. Em 1998, chegaram a 27%.

Atualmente, o país lidera o ranking de juros reais com uma taxa em torno de 6% ao ano, seguido pela Rússia (2,7%) e pela China (2,6%). Diferentemente do Brasil, a maior parte dos países opera com taxas em torno de 2% ou ainda menores.

A redução da taxa de juros poderia dar um importante impulso para a atividade econômica, hoje tão deprimida.

Mas por que os juros historicamente são tão altos no Brasil?

A teoria econômica indica que a raiz do nosso problema está em nosso desequilíbrio fiscal – que é um problema estrutural.

O avanço contínuo dos gastos pressiona a demanda total da economia por produtos e serviços, exigindo taxas de juros elevadas para equilibrar investimento e poupança.

Em outras palavras, quando o governo gasta mais do que arrecada, os outros agentes econômicos, como os consumidores e as empresas, precisam consumir menos e poupar mais para compensar o déficit público. E o mecanismo para “forçar” o setor privado a poupar e reduzir seu consumo é a alta taxa de juros.

Com o juro alto, o custo do dinheiro aumenta e vale mais à pena poupar do que gastar. Da mesma forma, o crédito fica mais caro, esfriando a venda de produtos financiados, como carros, imóveis ou eletrodomésticos.

Risco. Além do descompasso fiscal, essa dinâmica crescente dos gastos públicos gera incertezas quanto à sustentabilidade da dívida pública. Isso aumenta o risco de uma economia como um todo e faz com que os investidores exijam um “prêmio de risco” para comprarem títulos de dívida brasileiros. Na prática, eles exigem retornos (ou juros) maiores para financiar um país.

Há inúmeras teses para tentar explicar os juros altos no Brasil, mas o cerne do problema parece ser mesmo a política fiscal.

Alguns economistas defendem a tese do “equilíbrio perverso” para explicar a manutenção de um patamar elevado na taxa de juros. Eles argumentam que a taxa de juros alta leva a uma despesa excessiva com juros, que aumenta o risco percebido dos títulos públicos, que por sua vez exigem taxas mais altas. De acordo com esta visão, teríamos no Brasil um “equilíbrio perverso”.

Se essa tese fosse correta, bastaria assim que o Banco Central reduzisse a taxa de juros até que atingíssemos um “equilíbrio bom”. Assim, teríamos baixas taxas de juros, que permitissem colocar as contas públicas em ordem, e reforçassem a baixa dos juros na economia.

A história da economia brasileira mostra que ambas as teses são furadas. Os anos de bonança econômica da última década mostram a fragilidade da tese do “equilíbrio perverso”.

Neste período, o País, mesmo com taxas de juros elevadas e levemente declinantes (na faixa de 10% a 12% ao ano), cresceu a taxas superiores a 4% ao ano e apresentou sucessivos superávits fiscais – momentos nos quais o governo poupou –, revelando que é possível ter poupança pública mesmo com juros elevados.

E nosso passado recente nos oferece o exemplo inverso. Na metade do primeiro governo de Dilma Rousseff, a tentativa de reduzir a taxa de juros “na marra”, deixando de lado um ajuste fiscal, não trouxe crescimento, acelerou a inflação e obrigou o BC a elevar os juros até o nível em que se encontra hoje.

Portanto, o atual contexto de necessidade de reforma fiscal representa uma oportunidade histórica para reduzirmos o peso que a desordem das contas públicas tem na definição da taxa de juros brasileira.

Dentre as distintas medidas do pacote de ajuste fiscal proposto pelo governo Temer, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que propõe um teto para o crescimento dos gastos públicos, apresenta-se como a principal medida capaz de promover, a longo prazo, uma queda dos juros. A PEC, caso aprovada, obrigará o governo, nos próximos 20 anos, a gastar no máximo o montante despendido no ano anterior, apenas corrigido pela inflação.

Historicamente, discutimos o orçamento de baixo para cima: decidimos quanto devemos gastar em cada rubrica para depois ver se cabe no orçamento. Por vezes a decisão de gasto é automática, devido às vinculações, sem haver uma discussão sobre o gasto real necessário. Não raro, é preciso gastar de forma acelerada e sem critério para cumprir o calendário fiscal.

A implementação do teto dos gastos públicos exigirá uma avaliação mais criteriosa, com discussão de prioridades, incentivando a gestão mais eficiente dos recursos públicos. Se for bem-sucedida, o gasto como proporção do PIB recuará, descomprimindo a economia e permitindo, ao longo do tempo, uma queda estrutural das taxas de juros, fundamental para o futuro crescimento econômico sustentável do País.

(Samy Dana- é Ph.D em business, professor da FGV, Colunista do Portal G1).

Com a crise na construção, sobe exportação de madeira

11/10/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

As exportações de madeira processada cresceram no acumulado de janeiro a setembro, em comparação com o mesmo período do ano passado, segundo a Abimci (associação da indústria).

O setor inclui produtos como compensados, lâminas e, em uma escala menor, molduras, portas e pisos.

O item mais exportado no período foi a madeira serrada de pinus, proveniente de reflorestamento, que teve alta de 47% nas vendas.

A recuperação da economia norte-americana ajudou a alavancar as exportações, segundo Paulo Pupo, superintendente da entidade.

"Crescemos em cima de uma base muito baixa, porque os Estados Unidos demoraram a voltar a comprar."

A queda na construção civil brasileira e o aumento do dólar neste ano, no entanto, são os principais motivos para o aumento do comércio para o mercado externo.

"Quem vê esses números pensa que prosperamos mais que qualquer outro setor. A verdade é que os fabricantes não tinham para onde escoar a produção aqui dentro."

A projeção da Abimci é que 20% do volume total de madeira serrada de pinus produzido neste ano seja enviado para o exterior.

O faturamento, no entanto, será proporcionalmente menor que em 2015 devido à queda dos preços no mercado internacional.

Os maiores países compradores da madeira serrada de pinus foram Estados Unidos (35%), México (20%), China (15%) e Arábia Saudita (7%).

Em troca de apoio a PEC, base aliada cobra cargos em empresas estatais

11/10/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



Com o esforço do governo federal em conseguir um placar folgado na votação da proposta de teto de gastos públicos, integrantes da base aliada na Câmara dos Deputados aproveitaram a ofensiva do Palácio do Planalto para negociar a indicação de cargos em empresas estatais.

Segundo um assessor presidencial, ao longo do dia, deputados federais que estavam fechados desde o domingo (9) pelo apoio à iniciativa pressionavam o Palácio do Planalto nesta segunda-feira (10) a atender seus pedidos aproveitando a votação considerada vital para o sucesso do governo Temer.

Os pedidos, de acordo com auxiliares presidenciais, já eram esperados. "Nada que seja surpreendente. Sempre há um deputado federal, inclusive favorável à austeridade fiscal, que aproveita para fazer negociações de seu interesse", avaliou um aliado do peemedebista.

Para garantir a aprovação da proposta, o presidente montou uma força-tarefa ministerial, que incluiu a criação de um gabinete inteligência para identificar traições na base aliada e a exoneração temporária de auxiliares diretos que detêm mandato de deputado federal.

Com o objetivo de conseguir um placar com folga, que passasse a imagem pública de força política, uma equipe presidencial foi escalada para telefonar para as bancadas federais e foram exonerados os ministros Bruno Araújo (Cidades), Fernando Coelho (Minas e Energia) e Max Beltrão (Turismo), que retornaram para a Câmara dos Deputados.

Em contato com líderes governistas, o peemedebista passou a segunda-feira (10) monitorando as tendências de voto na base aliada e atuou pessoalmente quando informado sobre ameaças de recuos.

Segundo a **Folha** apurou, o presidente atendeu pelos menos quatro deputados federais que se mostraram indecisos sobre a iniciativa.

Caso houvesse a necessidade uma abordagem mais direta, o presidente deixou a agenda de compromissos livre, assim como os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Geddel Vieira Lima (Secretaria de Governo).

Para evitar o esvaziamento do plenário, o Palácio do Planalto mandou cancelar todas as audiências marcadas com deputados federais em ministérios e estatais, como o Banco do Brasil e a Caixa. Além disso, montou um sistema online com atualizações sobre o número de congressistas que registram presença na sessão parlamentar.

A última estimativa feita pelo Palácio do Planalto, no início da noite desta segunda-feira (10), é que o placar final deve variar entre 355 e 365 votos, número superior aos 308 votos necessários para aprovar a proposta de emenda.

"Oportunidades estão na mesa", diz economista; veja aplicações que devem subir ainda em 2016

11/10/2016 – Fonte: UOL Economia

2016, até o momento, pode ser considerado um bom ano para os investidores brasileiros tanto em renda fixa quanto em renda variável. Afinal, títulos prefixados se valorizaram com força, enquanto as altas taxas de juros garantiram uma boa rentabilidade para os títulos pós-fixados e o mercado de ações subiu com força.

No entanto, após esse bom momento, como o investidor pode se posicionar para seguir lucrando e começar 2017 com o pé direito? O InfoMoney conversou com assessores de investimento para saber as melhores aplicações para se fazer no momento.

"Mesmo depois de ver o mercado evoluir desde que alguns assuntos importantes começaram a ser encaminhados, acredito que ainda haja espaço para investimentos na Renda Variável. O mercado está em um momento muito oportuno para entrada, mesmo já tendo subido bastante, ainda há espaço.

Talvez não uma alta tão rápida como a que vimos até os 60 mil pontos mas tanto a melhora geral na economia como a queda da Selic trarão uma melhora significativa nos resultados das empresas e isso irá impulsionar os preços dos ativos e por consequência todos os produtos ligados a isto", comenta Max Scatimburgo, economista e sócio da Atlas Invest.

Pier Mattei, sócio da Monte Bravo Investimentos, comenta que uma das principais tendências para esse fim de ano, começando já em outubro, é o início do ciclo de

cortes na taxa de juros, o que tende a beneficiar os títulos prefixados e atrelados à inflação.

"Já para um perfil mais moderado ou agressivo, os fundos multimercados têm tudo para se destacar. Historicamente estes fundos conseguem ter uma performance muito boa em ciclos de queda de juros, portanto faz sentido estar no portfólio de investidores com este perfil", explica Pier.

"Dentre as diferentes modalidades de fundos multimercados existentes, os fundos macro podem se destacar por capturarem melhor este movimento em juros, dólar e bolsa", pontua. Max segue a mesma linha de pensamento, destacando o perfil mais adaptável desse tipo de fundo. "As oportunidades estão na mesa para quem quer investir. Esse é o momento", finaliza.

Paim teme que benefício a idosos seja desvinculado do mínimo

11/10/2016 – Fonte: Notícias do Senado



O senador Paulo Paim (PT-RS) comemorou os 13 anos de aprovação do Estatuto do Idoso, uma conquista que, segundo ele, beneficia 30 milhões de pessoas no país, criando condições para promover a longevidade e a qualidade de vida de quem tem mais de 60 anos.

Paim considera que, entre as principais conquistas do Estatuto, está o Benefício da Prestação Continuada (BPC), que atualmente é recebido por 1,7 milhão de idosos que não têm como se manter e, por isso, contam com um salário mínimo por mês, mesmo que não tenham contribuído previamente.

O senador teme, porém, que a proposta de emenda constitucional do governo que limita os gastos públicos, em votação na Câmara dos Deputados, altere a correção desse benefício.

— Devemos ficar atentos às mudanças que o atual governo pretende implementar nesse importante benefício. Uma das mudanças é desvincular o BPC da correção do salário mínimo. Quem recebe esse benefício são pessoas muito carentes, tão carentes que a renda per capita mensal da família, em grande parte, fica em torno de dois salários mínimos — alertou.

Petrobras volta a ser segunda maior empresa de capital aberto do Brasil

11/10/2016 – Fonte: Agência Brasil

O valor de mercado da Petrobras atingiu R\$ 211,64 bilhões, na sexta-feira (7) e, com isso, voltou a ser a segunda maior empresa de capital aberto por valor de mercado no Brasil. A primeira foi a Ambev, que, no mesmo dia, alcançou R\$ 307,53 bilhões e se

tornou ainda a maior empresa por valor de mercado da América Latina. A última vez que a companhia foi a segunda maior empresa do mercado brasileiro foi em 18 de junho de 2015. Na época, o valor de mercado da empresa ficou em R\$ 185,44 bilhões, enquanto o do ItauUnibanco chegou a R\$ 183,90 bilhões.

Ainda na sexta-feira, o valor de mercado do ItauUnibanco ficou em R\$ 211,61 bilhões. A avaliação foi apontada em uma pesquisa da Economatica, sistema usado por analistas que acompanham o mercado de ações, títulos públicos, a indústria de fundos e diversos indicadores, nos Estados Unidos, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru.

De acordo com a Economatica, de janeiro até o dia 7 de outubro, o valor de mercado da Petrobras teve valorização de R\$ 110,3 bilhões, que é a terceira maior valorização nominal da empresa. A maior tinha ocorrido em 2007, quando a companhia aumentou seu valor de mercado em R\$ 201,5 bilhões. A segunda maior valorização tinha sido em 2009. A Economatica informou que, percentualmente, no período deste ano até o dia 7 de outubro houve o maior crescimento registrado desde 2000.

Segundo a Economatica, em fevereiro de 2016, a Petrobras chegou a ser a quarta maior empresa de valor de mercado na sequência da Ambev, do ItauUnibanco e do Bradesco. A última vez que ficou em primeiro lugar entre as maiores empresas de capital aberto por valor de mercado foi em 15 de outubro de 2014. Nesse dia, registrou R\$ 254,44 bilhões. A Ambev alcançou R\$ 247,71 bilhões.

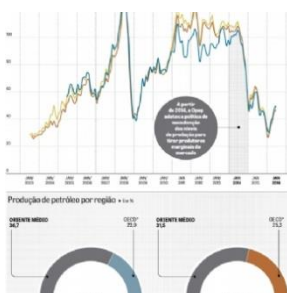
Entre os clientes do Sistema Economatica estão, entre outros, gestoras de fundos, corretoras de valores, bancos de investimento, fundações de previdência privada e regimes próprios de previdência social.

A Petrobras informou que não iria comentar o assunto.

Brasil deve ficar de fora de um eventual corte de produção

11/10/2016 – Fonte: DCI

Proposta da Opep. Alguns países, incluindo a Rússia, podem se reunir informalmente nesta semana para discutir a redução do nível de escoamento da commodity a fim de aliviar os preços



A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) tenta urgentemente frear a produção global - inclusive entre não-membros - para aliviar a pressão sobre as cotações e reduzir o déficit de seus associados. Contudo, o Brasil deve ficar de fora desse acordo.

Segundo relatório divulgado pela própria Opep neste ano, o mercado brasileiro deve apresentar o maior crescimento fora do cartel em 2016 e a necessidade recuperação da Petrobras passa por esse aumento, impedindo uma adesão ao acordo.

"Acho difícil que o Brasil concorde com algum corte de produção. A entrada em operação das novas plataformas da Petrobras é algo programado e dificilmente adiável", afirmou ao DCI o assistant manager da área de Forensic da KPMG na Inglaterra, Claudio Pettigiani.

Recentemente, membros da Opep tiveram uma reunião informal para discutir o excesso de produção global. Com o objetivo de aliviar as cotações, ficou acertado que os países do cartel reduziram a extração em aproximadamente um milhão de barris por dia (bpd).

Pettigiani explica que, no curto prazo, o corte de produção beneficia os preços e, conseqüentemente, os produtores de forma generalizada. Mas o custo dessa redução deve se refletir exclusivamente nos países que aderirem à medida. "A perda de market share afeta os países que se encarregam desta decisão", pondera o analista.

Novas potências

Para o coordenador adjunto da graduação em economia do Ibmeç/RJ, Ricardo Macedo, o corte favorece principalmente perfuradores de xisto (shale gas) dos EUA e o pré-sal brasileiro. "Os preços devem subir um pouco e favorecer essas operações, que são mais caras do que as do Oriente Médio", observa o especialista.

O analista da KPMG lembra, entretanto, que a proposta da Opep não pode ser considerada decisiva na recuperação dos preços no longo prazo, já que não reduz drasticamente o excesso de oferta.

"Mas do ponto de vista dos mercados, começa a ser um sinal de inversão de tendência após oito anos sem cortes de produção pelo cartel, favorecendo um leve aumento dos preços no curto prazo."

Os países da Opep, que por décadas controlaram aproximadamente 40% da produção global, se acostumaram a ditar preços do petróleo ao reduzir ou elevar a oferta. No entanto, principalmente com o desenvolvimento da indústria do shale gas, nos EUA, o cartel se viu ameaçado em sua hegemonia e decidiu, em meados de 2014, manter os níveis de produção para derrubar as cotações e tirar do mercado produtores marginais.

O que membros da Opep não contavam era a resiliência de uma parte significativa dos perfuradores de xisto, que se mantiveram no mercado, e a queda da demanda global, especialmente na China, prolongando por mais de dois anos o cenário de cotações em baixa.

O quadro teve um efeito devastador nas contas públicas de países altamente dependentes do petróleo, principalmente a Arábia Saudita, um dos maiores produtores do mundo. Mas outros membros como Venezuela, Iraque e Irã, além da Rússia (não-membro), também sentem fortemente as conseqüências dessa política.

Cooperação

A Rússia, considerada a maior produtora do mundo, chegou a cogitar um corte de produção no início deste ano, o que não foi para frente. No entanto, diante do déficit público, a expectativa é que dessa vez Moscou abrace o plano.

"A própria Rússia sinalizou que deve aderir à proposta para tirar o país da recessão. A recuperação dos preços seria uma tábua de salvação", avalia Macedo. Para ele, o episódio de anexação da Crimeia e consequentes sanções aprofundaram a crise russa, contribuindo para que o país coopere com a Opep.

Para Pettigiani, a economia russa é muito dependente das exportações de petróleo e gás, por isso o país tem interesse em contribuir para alta de preço.

"Mas acredito que a Rússia deve esperar que Arábia Saudita e outros membros da Opep se responsabilizem pela maior parte dos cortes", pontua.

Na próxima reunião oficial do cartel, marcada para novembro, os membros devem definir os níveis de corte de cada um. O consenso entre analistas é que o Irã esteja menos disposto a contribuir, já que o país saiu recentemente de uma situação de sanções econômicas.

"Acho improvável que o Irã aceite abrir mão de share ao cortar produção, já que as sanções limitaram fortemente a sua capacidade de exportação. O governo iraniano reivindica o direito de produzir o máximo possível", comenta Pettigiani.

Outros membros ainda podem resistir a um corte significativo, como é o caso de Líbia e Nigéria, que produziram abaixo da capacidade nos últimos meses devido à instabilidade política e aos conflitos civis.

"A Arábia Saudita deve arcar com os custos de cortar grande parte da produção pelo menos nos dois primeiros trimestres de 2017", estima o analista.

Ele salienta que, segundo estimativas de mercado, o país árabe deve reduzir a sua produção em 400 mil a 500 mil bpd para atender à proposta. "Porém, este é basicamente o crescimento registrado pela Arábia Saudita ao longo de 2016, o que não representa, conseqüentemente, uma redução significativa de market share."

Conclusão do acordo

Analistas não descartam que a proposta de corte da produção pela Opep venha a falhar, o que já aconteceu anteriormente. "É difícil chegar a um consenso dentro da própria organização", observa Macedo.

Segundo Pettigiani, as divergências entre os próprios membros da Opep sempre dificultaram acordos. "Há quem diga no mercado que a organização perdeu sua função."

Na última reunião formal do cartel em meados de junho, em Viena, dirigentes refutaram com veemência essa afirmação e destacaram que a Opep "está mais viva do que nunca" e que "não pode ser subestimada."

De lá para cá, não houve mudança substancial no patamar das cotações, que se mantêm estáveis na casa dos US\$ 50 o barril. Em 2014, ultrapassaram os US\$ 100. "A expectativa é que os preços fiquem entre US\$ 50 e US\$ 60 o barril no ano que vem", pondera Macedo.

Para o analista da KPMG, o acordo se torna uma necessidade para membros da Opep na medida em que muitos estão com reservas monetárias baixíssimas. No entanto, segundo Pettigiani, vale lembrar que esta é uma solução transitória.

"O acordo de Argel aparenta ser uma tentativa de ganhar fôlego incentivando uma subida dos preços no curto prazo, mas está longe de proporcionar uma solução confiável para os problemas estruturais do mercado global do petróleo", avalia.

Rio Tinto diz que parceira de projeto de minério na Guiné vai vender participação

11/10/2016 – Fonte: DCI

A gigante da mineração Rio Tinto disse nesta segunda-feira que a Corporação Financeira Internacional (IFC, na sigla em inglês), parceira em seu projeto de 20 bilhões de dólares de minério de ferro em Simandou, está vendendo sua participação de 4,6 por cento.

A saída da IFC, um braço do Banco Mundial, é o mais recente contratempo para o projeto que vai desenvolver as maiores reservas intocadas de minério de ferro do mundo. Em julho, o novo presidente da Rio Tinto, Jean Sebastien Jacques, indicou que o projeto havia sido engavetado temporariamente devido a um declínio sustentado nos preços.

"Nós confirmamos que a IFC exerceu a opção de venda, que têm desde 2006, para exigir que a Rio Tinto e Chinalco comprem sua participação na Simfer", disse a Rio Tinto em comunicado enviado por email, se referindo à joint venture.

A Rio tem uma participação de 46,6 por cento no projeto; a chinesa Chinalco tem 41,3 por cento e o governo da Guiné tem 7,5 por cento.

Um representante do ministério de Minas da Guiné disse que não tinha conhecimento da decisão.

O país oeste-africano está contando com o projeto para impulsionar o crescimento econômico após a Guiné ter sido abalada por uma epidemia de Ebola que terminou oficialmente em junho.

Quando estiver completamente em operação, Simandou tem o potencial de dobrar o PIB da Guiné, disseram os parceiros do projeto, enquanto a China, maior consumidora de minério de ferro do mundo oferece um mercado óbvio.

Sindicato no Canadá diz que alcançou acordo com Fiat

11/10/2016 – Fonte: Exame



Fábrica da Fiat: membros dos sindicatos agora vão votar a proposta preliminar da empresa no Canadá

A Fiat Chrysler chegou a um acordo preliminar com os trabalhadores sindicalizados no Canadá ao concordar em fazer mais de 400 milhões de dólares canadenses (301

milhões de dólares) em investimentos em operações locais, afirmou o sindicato na noite de segunda-feira.

O acordo foi anunciado poucos minutos antes do prazo limite de meia-noite para uma greve que poderia ter paralisado mais de 9.000 trabalhadores.

"Este tem sido um conjunto muito difícil de negociações", disse Jerry Dias, presidente nacional do sindicato, Unifor.

Membros do sindicato vão votar sobre o acordo em reuniões de ratificação em 16 de outubro. Uma greve ainda é possível se os trabalhadores votarem contra o acordo.

A greve dos trabalhadores canadenses teria interrompido a produção de minivans construídas em Windsor, Ontário, incluindo o novo Chrysler Pacifica, bem como sedans montados em Brampton, a noroeste de Toronto.

Microsoft e Votorantim vão investir em fintechs no Brasil

11/10/2016 – Fonte: Exame



Microsoft: a parceria ressalta como os bancos brasileiros estão procurando entrar na onda de empresas de tecnologia financeira inovadoras

A Microsoft e o Banco Votorantim estão investindo juntos em empresas de tecnologia financeira, com a gigante norte-americana de tecnologia acrescentando uma nova especialidade a seu portfólio de investimentos no Brasil.

O Votorantim investirá inicialmente 3 milhões de reais no fundo para empresas de tecnologia brasileiras criado pela Microsoft, com expectativa de financiamento de cerca de meia dúzia de companhias por meio de investimentos que variam de 250 mil reais a 1,5 milhão de reais.

A parceria ressalta como os bancos brasileiros estão procurando entrar na onda de empresas de tecnologia financeira inovadoras, conhecidas como fintechs.

"Estamos procurando empresas que já passaram dos estágios de validação e desenvolvimento de produtos e precisam de capital para crescer e ganhar força no mercado", disse o chefe de estratégia, planejamento e crédito de varejo do Votorantim, Gabriel Ferreira.

A Microsoft criou o BR Startups em 2014 e o fundo agora cresceu para 17 milhões de reais, apoiando cerca de 70 companhias e direcionando seis à aquisições, disse Franklin Luzes, vice-presidente de operações da Microsoft Participações.

Ele acrescentou que o BR Startups tem focado cada vez mais este ano em parcerias com "investidores âncoras", como o Banco Votorantim, para se concentrar em investimentos em suas áreas de especialidade.

O primeiro empreendimento do tipo foi em julho, quando o fundo se aliou à Monsanto para investir em empresas de tecnologia voltada ao agronegócio.